



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 061 – SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 41ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE ABRIL DE 2004

- 1.1 – ABERTURA
- 1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Prejudicialidade do Requerimento nº 458, de 2004, de autoria do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, em virtude de haver perdido a oportunidade..... 10775

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Necessidade de aprovação da “PEC paralela”. Cobrança da aplicação de recursos da Contribuição de Intervenção no domínio Econômico – CIDE na restauração e preservação de rodovias federais, registrando a precária situação das estradas do Mato Grosso. Registro da 1ª Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre pela inclusão digital que ocorrerá entre os dias 26 a 30 de abril. Apelo às autoridades federais e estaduais, pela conservação do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, por ocasião do 15º aniversário de sua criação. 10775

SENADOR *ALVARO DIAS* – Análise crítica do governo Lula com destaque para o aumento do desemprego. Repercussão internacional de ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e das dificuldades econômicas por que passa o País..... 10778

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Recebimento de expediente subscrito por membros da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, lideranças municipais, da sociedade civil organizada, e populares, solicitando empenho para rápida aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575-C, na Câmara dos Deputados). À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento do relator e consulta dos demais membros. Acompanhará a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004.* 10781

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *AUGUSTO BOTELHO* – Apoio aos pleitos esposados pela Senadora Serys Slhessarenko: aprovação da “PEC paralela” e a liberação

de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE para restauração e preservação das estradas federais. Considerações sobre a política indigenista brasileira..... 10783

SENADOR *TIÃO VIANA* – Campanha de vacinação que ocorrerá entre 26 e 30 de abril e beneficiará as populações localizadas nos estados e municípios de fronteira. 10786

SENADOR *DEMÓSTENES TORRES*, como Líder – Letargia crônica que acomete o governo do PT na solução dos problemas nacionais. 10787

SENADOR *GERALDO MESQUITA JÚNIOR* – Protesto contra atitude do Ministro Ricardo Berzoini, por não recebê-lo em audiência. Elogios à Ministra Dilma Roussef por sua agilidade em solucionar problemas afetos a sua Pasta..... 10788

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Considerações sobre a questão do salário mínimo. Apelo ao governo federal para acabar com episódios de violência como o massacre de garimpeiros e as execuções de presos no presídio Urso Branco, em Rondônia. Defesa do início das obras do gasoduto de Rondônia, previstos para 2004. 10791

SENADOR *MOZARILDO CAVALVANTI* – Análise da questão indígena no País..... 10794

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Críticas ao anúncio de possíveis alterações das metas de inflação..... 10797

SENADOR *ALBERTO SILVA* – Comentários ao discurso proferido pelo Senador Arthur Virgílio. Apelo para construção de presídios no Brasil. Defesa da criação de uma Câmara de Gestão para solucionar o problema das rodovias brasileiras. Aproveitamento do biodiesel. 10799

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Necessidade de votação da medida provisória que trata da Cofins. Análise do remanejamento das emendas orçamentárias da bancada do Estado de Santa Catarina a serem destinadas aos municípios atingidos pelas intempéries ocorridas naquele Estado. Contestação às críticas dos partidos de oposição ao governo federal..... 10803

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Críticas à política econômica do governo federal. 10808

SENADOR *MÃO SANTA* – Relato sobre as dificuldades do Hospital Universitário de Brasília – HUB, solicitando ao Presidente Lula providências para solucioná-las..... 10809

1.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 463, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao pesquisador químico Marco Aurélio de Paoli e à equipe da Unicamp..... 10811

Nº 464, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Embrapa e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S.Paulo. 10812

Nº 465, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona... 10812

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *ANTONIO CARLOS VALADARES* – Transcrição do artigo do jurista Dalmo de Abreu Dallari, publicado no jornal **Correio Braziliense**, sobre a tentativa de cassação dos mandatos do Senador João Alberto Capiberibe e da Deputada Janete Capiberibe, intitulado “Em nome da justiça”..... 10813

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 715 a 726, de 2004. 10816

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 41ª Sessão não Deliberativa, em 22 de abril de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Eduardo Siqueira Campos e Augusto Botelho.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência declara prejudicado o **Requerimento nº 458, de 2004**, do Senador Paulo Octávio e outros Srs. Senadores, em virtude de haver perdido a oportunidade, nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Antes de conceder a palavra ao primeiro orador inscrito, esta Presidência deseja registrar a presença, nas galerias desta Casa, de turistas do Estado de Santa Catarina que visitam esta sessão.

Para nós, Sr^{es} e Srs. Senadores, é uma honra a presença dos ilustres visitantes.

Concedo a palavra, em primeiro lugar, à nobre Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores, do Estado de Mato Grosso.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao PT, a prioridade da palavra é do Senador Alvaro Dias, do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência já havia concedido a palavra à Senadora Serys Slhessarenko e não havia registrado ainda a chegada do Senador Alvaro Dias. Mas este Presidente, conhecendo bem o Senador Alvaro Dias, sabe que S. Ex^a fará questão de que, em primeiro lugar, fale a nossa Senadora, a única representante das mulheres presente no recinto do plenário. Em seguida, daremos continuidade, Senador Mão Santa, à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores,

obrigada Senador Alvaro Dias. Realmente, V. Ex^a é o primeiro inscrito, mas me parece que não estava no plenário no momento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estava sim.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mas estava meio escondido.

Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Quero também saudar todos os turistas presentes nesta Casa. É bom tê-los aqui. É importante acompanhar o mandato de todos os Senadores do nosso País.

Como sempre faço quando assomo a esta tribuna, quero fazer o registro de duas questões que estão me incomodando há bastante tempo. Enquanto elas não forem resolvidas, não pararei de mencioná-las desta tribuna.

A primeira delas é sobre a necessidade imperiosa da aprovação já da PEC 77, ou seja, a PEC paralela, aquela que concedeu alguns ganhos em relação às perdas sofridas com a previdência na PEC 67.

Desta tribuna, continuo insistindo no fato de que a Câmara tem que cumprir o seu papel; o Senado já cumpriu o seu. A PEC paralela tem que ser aprovada já, porque a PEC 67 está em vigor, e ela está prejudicando alguns pontos que não foram votados – faço esta cobrança todas as vezes que venho a esta tribuna.

A segunda cobrança refere-se aos recursos da Cide, da contribuição que recai sobre os combustíveis, para a conservação, restauração e construção das estradas federais. Eles já foram repassados – repito isso pela milésima vez.

Pergunto oficialmente à Presidência se é possível fazer essa conferência. Muitas vezes já falei sobre a necessidade de se repassarem os recursos da Cide, que foram arrecadados e estão no Tesouro, para a conservação, restauração e construção de estradas federais. No meu Estado de Mato Grosso, elas estão em péssimas condições. A retirada da produção é difícilíssima. Parou de chover agora; em setembro, outubro, começará a chover de novo, e, de agora até setembro, devem-se consertar as estradas. Caso contrário, Sr. Presidente, não teremos como fazer o arranca-safra no fim de 2004.

Pelo menos no meu Estado, a situação é precaríssima, e temos R\$10 bilhões arrecadados da Cide. Precisamos que pelo menos um bilhão seja destinado à restauração e conservação das estradas federais diretamente dos órgãos federais deste País, e não por meio de repasse para governadores, etc. Isso já foi feito, os governadores já estão utilizando os recursos para a reforma das estradas estaduais. Precisamos consertar as estradas federais: terminar algumas, fazer outras e, principalmente, conservá-las e restaurá-las.

Dado esse famoso recado, que sempre repito todas as vezes que venho à tribuna, quero aqui falar sobre outros dois assuntos. Um, amplo, que é a questão do *software* livre, inclusão digital, cuja Frente Parlamentar Mista de Software Livre pela Inclusão Digital presido. Essa Frente é composta por mais de 100 Deputados e 36 Senadores. É um projeto importantíssimo.

Também quero fazer um registro rápido sobre a nossa Chapada dos Guimarães, o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, do meu Estado de Mato Grosso. Vou tentar ser rápida com relação à questão do *software* livre para ainda poder falar sobre a minha Chapada dos Guimarães.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores ouvintes, como Senadora da República, como Presidente da Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre e pela Inclusão Digital, como cidadã brasileira, venho com muito orgulho a esta tribuna, no dia de hoje, para registrar que, a partir da próxima segunda-feira, dia 26, estará acontecendo, numa iniciativa auspiciosa do Comitê Técnico de Implementação do Software Livre (CISL) da Presidência da República, a 1^a Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre, que ocorrerá de 26 a 30 de abril.

Alguns poderão dizer: “o que é isso, a que nos interessa isso”? É algo de extrema importância para o nosso País, desde o desenvolvimento da criatividade até a produção, até a questão de divisas, porque são bilhões que o nosso País envia permanentemente para o estrangeiro, quando poderíamos estar produzindo aqui, e os nossos jovens estarem sendo estimulados a trabalhar. Eles que gostam tanto do tal do computador – eu não entendo nada ou muito pouco dele –, com as suas inteligências, poderiam prestar um grande serviço ao Brasil, à humanidade, inclusive exportando idéias por eles produzidas. Por isso, defendo e presido essa Frente Parlamentar.

Eu gostaria de chamar a atenção para um dado desse evento, que se vai realizar de 26 a 30 de abril: o objetivo principal é treinar mil funcionários públicos em mais de cem cursos, divididos em cinco eixos temáticos, que vão da gestão de *software* livre ao suporte

e aplicações em *software* livre, base de dados, infraestrutura e desenvolvimento em *software*.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, que essa iniciativa do Governo Federal representa um momento muito especial e vai, sem dúvida nenhuma, marcar a agenda positiva da administração pública nesse período em que tantos procuram pontificar-se como pregoeiros do caos.

O desenvolvimento desse projeto, a implementação dessa semana de capacitação, que é capitaneada pelos ativos e combativos técnicos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, em que pontifica esse jovem guerreiro, que é o professor Sérgio Amadeu, demonstra que, no campo da tecnologia da informação, o atual Governo está na vanguarda como nenhum outro antes dele, já que resolveu assumir e está, decididamente, enfrentando o monopólio do *software* proprietário, no âmbito da estrutura da administração federal.

Então, o nosso Governo está decididamente enfrentando essa questão que, eu diria, é extremamente relevante para o nosso País.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, como bem destaca o diretor do Serpro, Sérgio Rosa, que essa Semana de Capacitação vem otimizar a questão do atendimento à população em nossas empresas públicas. Com a adoção do *software* livre, os técnicos estarão capacitados a utilizar novas soluções, mais estáveis e ágeis, o que resultará, por exemplo, numa grande melhora do atendimento prestado ao público em geral.

Um dos maiores benefícios com a adoção de padrões abertos não proprietários, segundo o Secretário de Logística e Tecnologia da Informação, Rogério Santana, é a criação de um padrão de interoperabilidade para os sistemas e aplicativos do Governo. Segundo avalia Rogério Santana, o maior entrave à adoção do *software* livre ainda é cultural. “A mudança para um novo paradigma tecnológico é uma das maiores dificuldades encontradas no processo”, explicou Santana.

Não posso deixar de destacar que, com essa providência, com a realização da primeira Semana de Capacitação dos Servidores Públicos, o Governo Federal, o nosso Governo Lula, passa a enfrentar com muita decisão o grave problema da remessa de pesados *royalties* ao exterior, por conta da manutenção do *software* proprietário. Com a multiplicação do uso do *software* livre, com o que vemos o nosso Governo Lula cada vez mais comprometido, o Brasil poderá reduzir significativamente o envio de capital, hoje estimado em R\$1,1 bilhão/ano, ao adotar as soluções de código aberto em sua estrutura.

Dados que nos foram fornecidos pelo ITI demonstram que o Ministério da Saúde tem a meta de

migrar, até o final do Governo atual, 10 mil estações de trabalho para *software* livre. A orientação que existe, hoje, no Ministério da Saúde, é de que os novos aplicativos sejam desenvolvidos em plataformas não proprietárias, segundo garante o Coordenador Geral de Fomento e Cooperação Técnica do Ministério, Carlos Soares, enfatizando que, na sua opinião, esse é um movimento que não tem volta. Sim, um movimento de vanguarda adotado pelo Governo de Lula e que devemos destacar.

Hoje em dia, a migração do *software* proprietário para o *software* livre é um processo que anima as mais diferentes autarquias da administração federal, como a Receita Federal, a Radiobrás, os Ministérios do Meio Ambiente, das Comunicações, da Saúde e da Cultura, dentre vários.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é que a 1ª Primeira Semana de Capacitação e Desenvolvimento em Software Livre precisa ser destacada e apoiada por este Senado Federal, até porque nesta Casa também, por intermédio do Prodasen, está em processo a migração e se constitui também num exemplo de vanguarda na adoção do *software* livre.

Parabéns a todos, parabéns principalmente aos servidores públicos que se estão inscrevendo para participar desse novo e importante momento de independência tecnológica. O Governo de Lula não está parado. O Governo de Lula está avançando e, no que concerne à Tecnologia da Informação, seguramente essa é uma auspiciosa realidade.

Cabe destacar que o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, companheiro José Dirceu, já confirmou a sua presença na abertura da Semana de Capacitação, que será realizada na próxima segunda-feira, dia 26 de abril, na Universidade Correios, às 9 horas. A presença do Ministro demonstra a importância que a política pública de implementação do *software* livre tem para a administração.

O Ministro José Dirceu tem todos os motivos para participar ativamente desse evento, já que ele torna realidade o discurso feito pelo Ministro-Chefe da Casa Civil há pouco menos de um ano, quando da abertura dos trabalhos do Comitê Executivo do Governo. Naquela oportunidade, José Dirceu afirmou que “um programa de desenvolvimento de Tecnologia da Informação e Comunicação, especialmente orientado para a inclusão digital, educação e capacitação técnica, pode ser um ponto de partida efetivo para consolidar uma indústria de *hardware* e *software* que agregue valor à economia nacional, baseado em inovação constante e, preferencialmente, em *softwares* abertos e não-proprietários”.

Parabéns ao Ministro José Dirceu e fica aqui o convite para que todas as Sr^{as} e Srs. Senadores prestigiem o ato da próxima segunda-feira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente desta sessão, neste momento, presido a Frente Parlamentar do Software Livre e Inclusão Digital, composta, salvo engano, por 142 Deputados e 36 Senadores. Realmente, é da mais alta relevância o Brasil fazer parte dos países que, hoje, ponteam o trato com a questão do *software* livre.

Sabemos que o grande detentor do *software* proprietário, Sr. Bill Gates, por intermédio da Microsoft, não está gostando nada de o Brasil estar-se empenhando, realmente, na condução das questões do *software* livre e da inclusão digital. Temos muitas inteligências, Sr. Presidente, trabalhando nesse avanço gigantesco, nesse salto da tecnologia da informação brasileira, e o mundo está voltando os olhos para o Brasil. É claro que a grande produtora, a grande fornecedora, que leva as grandes vantagens no mundo, a Microsoft, está extremamente descontente com o avanço do *software* livre no Brasil.

O Senado da República tem um papel determinante nesse processo, pois, pela primeira vez na História do Brasil, cria a Frente Parlamentar Mista do Congresso Nacional, do *software* livre, da inclusão digital, que presido e que tem como Presidente de honra o Senador José Sarney. Essa grande Frente está marcando época e vai fazer história em nosso País, ao buscar aprofundar esse trabalho no avanço da tecnologia da informação nacional.

Mais uma vez agradecendo o Senador Alvaro Dias, gostaria de falar agora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre o nosso Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, localizado em Mato Grosso, no belo, gigante, grandioso, mas ainda necessitado de muito apoio, Município de Chapada dos Guimarães, que acaba de registrar mais um aniversário.

O Parque Nacional de Chapada foi criado pelo Decreto nº 97.656, de 12 de abril de 1989, pelo então Presidente da República José Sarney, hoje Presidente do Senado.

O nome é pomposo: Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Foi criado por um ato do Presidente Sarney que muito nos orgulha. Digo mesmo que foi um dos atos mais importantes na área do Ministério do Meio Ambiente, reconhecido como de extrema relevância, nacional e internacionalmente.

O art. 6º do Decreto estabeleceu o prazo de quatro anos para o Ibama proceder à execução do Plano de Manejo do Parque, a partir de 1989. Quer dizer, desde 1993, deveríamos ter um Plano de Manejo que, até agora, não aconteceu.

O mesmo instrumento legal, assinado pelo Presidente Sarney, que criou o Parque Nacional de Chapada declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e benfeitorias dentro da área, invocando o caráter de urgência. Mas vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Parque Nacional de Chapada, tal qual uma menina-moça, está completando 15 anos e não conseguimos cumprir o que foi determinado.

É o caso de, realmente, entrarmos nessa luta, neste momento, pela causa da Ecologia, pela defesa da natureza, com relação ao nosso Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, internacionalmente conhecido e defendido.

Como se sabe, esse nosso Parque Nacional situa-se na intercessão de três dos mais importantes ecossistemas do País, o Pantanal, a Amazônia e os Cerrados. Está localizado próximo à nossa capital, Cuiabá, e no centro geodésico da América do Sul. Ou seja, está fincado em frente à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá.

O Parque Nacional de Chapada detém espécies da fauna e da flora representantes destes três ecossistemas em altitudes e climas variáveis; possui mananciais cristalinos e uma beleza cênica incomparável, além de manifestações culturais rupestres que ainda devem ser objeto de estudos e exploração científica.

Mas, após o decreto histórico de criação do Parque, assinado pelo Presidente José Sarney, inúmeras invasões aconteceram.

Desmatamentos e queimadas se sucedem anualmente; construções irregulares, deposições de lixo e tantas outras ações predatórias vêm comprometendo agressivamente as excepcionais condições daquela unidade de conservação. Assim sendo, resolvi assomar à tribuna para fazer um apelo à nossa companhia de Senado, nossa querida Ministra Marina Silva, tão comprometida com a causa preservacionista, e aos companheiros do Ministério do Meio Ambiente para olharem pelo Parque Nacional de Chapada. Que não deixem este importante espaço de conservação da natureza em Mato Grosso continuar submetido a um processo de degradação tão revoltante.

Os funcionários do Ibama, em Mato Grosso, têm realizado considerável esforço juntamente com ONGs, com a população consciente e também com a imprensa no sentido de garantir a proteção do Parque. Só que, sem o domínio das terras e sem o plano de manejo, o Ibama tem suas ações limitadas, inclusive com diversos procedimentos embargados pela Justiça.

É importante destacar que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, assim que tiver o seu plano de manejo implantado, com a devida infra-estrutura para o turismo ecológico, com a fixação de uma unidade

de administração e educação ambiental, este Parque Nacional, hoje tão abandonado, significará grandes benefícios econômicos, sociais, culturais e científicos para a região e para o Brasil, e por que não dizer para a humanidade.

Deixar, portanto, que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães se deteriore pela ação devastadora de predadores é um ato de lesa-humanidade. É importante que o Ministério do Meio Ambiente atue nessa questão; que as Prefeituras de Cuiabá e Chapada não se acomodem; que toda a comunidade interessada na preservação dessa riqueza inigualável não se omita.

Estima-se que o Parque, com cerca de quase 70% de sua área no Município de Cuiabá, tem potencial para receber mais de 500 mil turistas por ano, gerar, direta e indiretamente, cerca de 60 mil empregos nas áreas de alimentação, transporte, hospedagem e serviço em geral e um fluxo anual superior a uma dezena de milhões de dólares.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, devemos atuar com rapidez, nesse sentido, porque a degradação é evidente a cada dia, e, em especial, na época das secas com queimadas e outras situações difíceis.

Sr. Presidente, como o meu tempo está terminando, eu sempre assumo o compromisso de encerrar o meu discurso no horário exato, tendo em vista a consideração e o respeito que tenho para com todos os Senadores que desejam usar da palavra. Exatamente no momento que se torna vermelho o painel, encerro minha fala.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, devemos respeitar o nosso horário para que realmente todos sejam contemplados com a possibilidade da palavra.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência felicita V. Ex^a, Senadora Serys Slhessarenko, pela estrita observação do disposto no Regimento Interno com relação ao tempo.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Alvaro Dias.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a democracia não existe apenas para ser cantada; existe para ser vivida. No Brasil, vivemos intensamente a democracia política; mas ainda estamos muito longe de podermos viver a democracia social. Viver a democracia social é exercer, na sua plenitude, a cidadania. E a cidadania não se exercita na plenitude no desemprego, na pobreza, na violência, com as injustiças sociais que, de forma avassaladora, sacodem o nosso País.

As promessas descumpridas, os dogmas sepultados, postulados ignorados levam o atual Governo a decepcionar, sobretudo, porque a pregação do Partido dos Trabalhadores foi sempre em favor da democracia social.

Hoje, anuncia-se uma nova taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo. Gostaríamos de estar nesta tribuna anunciando que os compromissos da campanha eleitoral do Presidente Lula estão agora, em 2004, sendo honrados de maneira absoluta. No entanto, os números desmentem as promessas. O recorde anterior é batido pelo novo recorde – recorde histórico – de 20,6% de desempregados na região metropolitana de São Paulo. O maior patamar registrado desde 1985, quando essa pesquisa começou a ser realizada. É, portanto, preocupante o ritmo de crescimento incontido do desemprego no nosso País, contrariando os pressupostos básicos e indispensáveis para que se instale no Brasil a tão decantada democracia social.

Segundo o Seade, no mês passado, o número estimado de pessoas sem emprego na região metropolitana de São Paulo era de 2 milhões de trabalhadores, apenas na região metropolitana de São Paulo. O salário médio do trabalhador empregado diminuiu 2,1%, o rendimento médio real diminuiu, pelo segundo mês consecutivo, 3,3%, menor do que o mês anterior.

Agrava-se, portanto, a crise econômica; agrava-se, de forma dramática, a crise social na esteira de um Governo sem autoridade, sem imaginação, sem criatividade, sem competência administrativa e sem ação. Um Governo que, pela ausência de autoridade, instala no País um cenário onde a lei é afrontada a cada passo, onde se institucionaliza a desordem, especialmente no campo, com consequências imprevisíveis para o futuro do nosso País.

Não é por outra razão que o jornal **O Estado de S. Paulo**, em editorial, no domingo, o intitulou de “Governo Esquizofrênico”, lembrando afirmativa de Leôncio Martins Rodrigues, cientista político da Unicamp, que disse: “Temos um Governo esquizofrênico e um Partido dividido ao meio”. O editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** procura demonstrar que é possível restabelecer a autoridade no País e impor o rigor da lei para impedir que a desordem se propague. E faz um comparativo da ausência de autoridade do Presidente Lula com o exercício pleno da autoridade por parte do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Diz o editorial:

O Governador Geraldo Alckmin não se preocupou em “dourar a pílula”. Classificou as ocupações de “abril vermelho urbano” para não deixar dúvidas...

E, sem a tibieza do Governo Lula, Geraldo Alckmin, diante da crise, agiu. E as sete mil pessoas que invadiram em São Paulo edificações urbanas foram desalojadas em respeito à ordem e à lei.

Agui com rigor o governo paulista diante das ocupações ilegais de imóveis urbanos, em movimentos coordenados de que participaram sete mil pessoas em São Paulo.

O contraste entre a liderança do Governador Geraldo Alckmin e a liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é visível, não só quando se trata de impor com rigor a lei, fazendo-a respeitada em nome da ordem e da paz social, mas também quando se trata de administrar.

O Governo Federal é hoje a consagração da incompetência administrativa, enquanto o governo paulista é a consagração da competência de gerenciamento. O Governador de São Paulo, sem buscar o espetáculo, mas com uma postura ética imbatível, posiciona-se como um governante capaz. Age com rigor e rapidez. Oferece respostas imediatas às demandas de sua administração, sem tibieza, sem leniência, sem passividade, com imaginação e criatividade.

O Governador de São Paulo apresenta-se como um exemplo de administrador público, que recupera em nós a crença de que é possível, sim, governar com dignidade, inteligência, competência, eficiência e, sobretudo, autoridade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa desesperança em relação à manutenção da ordem, especialmente no campo, vem da relação política comprometedora existente entre o Presidente Lula e seu governo e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O PT instrumentalizou partidariamente o MST. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra apoiou abertamente a candidatura de Lula à Presidência da República, que prometeu ser o único candidato capaz de promover reforma agrária no País sem violência.

É evidente que a decepção provocada pela promessa descumprida leva o Movimento, aliado do Presidente e de seu governo, a reagir com indignação, promovendo violências com as invasões sem fim que, só em um mês e meio, significaram 21 mil famílias em 16 Estados, ocupando áreas agrícolas produtivas ou improdutivas, contrariando a legislação vigente no País.

Que há essa relação politicamente promíscua entre o Governo e o MST, não há dúvida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é engordado pelo desespero que há na cidade. Milhares de trabalhadores urbanos, desempregados, aflitos, angustiados, somam-se aos trabalhadores sem-terra na esperança de serem vistos, olhados, entendidos pelo Governo. Não sei se serão entendidos pelo Governo ou se, no desespero que os leva a agir violentamente, contribuirão para aprofundar a crise social, já dramática em nosso País, com reflexos no Exterior.

Trago alguns documentos para comprovar que existe uma relação política comprometida do Governo e seus agentes com os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trago documento da Ouvidoria Agrária Nacional, que foi apresentado na CPMI da Terra, em que o Desembargador Gercino José da Silva Filho, Ouvidor Agrário Nacional, apelava à Justiça em favor de José Ailton da Silva, pedindo que seja libertado da prisão, afirmando: "...facilitará a atuação do Incra no que se refere à execução da reforma agrária no Estado de Goiás e região do Entorno do Distrito Federal". A prisão se deu em função de um assassinato. E pergunto: cabe à Ouvidoria Agrária defender aqueles que, acusados de assassinatos, encontram-se detidos para que a Justiça possa, com os procedimentos necessários, levar à responsabilização civil e criminal? Não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não cabe à Ouvidoria Agrária agir desta forma: desvio de objetivos, intromissão indébita, ação autoritária, que só pode tumultuar o processo e comprometer a relação do Governo com a sociedade, dificultando a instalação de um cenário de paz e de tranquilidade no campo para a produção prosperar.

Não é apenas este o documento que trago a esta tribuna. Há outro mais recente, que vem do Paraná. Há um trabalhador rural de nome Eymar do Nascimento Cezimbra preso. Foi decretada a prisão pelo Juiz Leonardo Ribas Tavares, Meritíssimo Juiz de Direito de Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná. Acusação: roubo de soja no assentamento.

Este preso teve as mãos estendidas do Ouvidor Agrário Nacional, que encaminha correspondência oficial, em papel timbrado, ao juiz, solicitando a soltura do agricultor. Afirma que a soltura do agricultor Eymar do Nascimento Cezimbra facilitará a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal no Estado do Paraná.

Portanto, mais uma interferência indevida da Ouvidoria Agrária num processo que cabe única e exclusivamente à Justiça deliberar.

A outra é uma correspondência também do Ouvidor Agrário Nacional ao Secretário de Segurança do Paraná, que trata também de correspondências relativas à Reforma Agrária, com uma interferência estranha da Ouvidoria que, a meu ver, extrapola suas funções e prerrogativas.

Houve uma manifestação de indignação do juiz que denunciou o fato, por entender que não cabia ao Ouvidor Agrário Nacional interferir nessa questão. Ele disse: "(...) esse tipo de pressão realmente eu não admito e é por essa indignação, por essa honestidade de mostrar tudo o que está acontecendo que tornei público este fato". A denúncia foi feita pelo Meritíssimo

Juiz Leonardo Ribas Tavares, de Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná.

A violência campeia solta, exatamente em função da ausência de autoridade do Governo. A Contag entregou um relatório à CPMI da Terra, que traz a relação de sindicalistas rurais assassinados no Estado do Pará. São exatamente 23 sindicalistas rurais assassinados, e há uma relação de 46 pessoas ameaçadas de morte naquele Estado. Trata-se de um alerta às autoridades federais. A ausência de autoridade leva a esse tumulto, a essa conflagração, a essa insegurança, a essa anarquia, fazendo vítimas e ameaçados.

Por essa razão, a imagem do Brasil tem estado comprometida, de forma marcante, nos últimos dias, no exterior. O noticiário alcança a imprensa internacional. Ainda nesta semana, um amigo me ligou de Londres e disse: "Hoje, por quatro vezes, vi e ouvi na BBC o relato das invasões de terra no Brasil". É claro que isso tem repercussão em nossa economia. O jornal **El País** traz ampla matéria sobre as invasões de fazendas, considerando-as um desafio ao Governo Lula, e diz que o MST é um grupo revolucionário a favor da reforma agrária, que o Presidente ajudou a fundar em seus tempos de oposição.

É essa relação politicamente comprometida que inibe o Governo, o paralisa, o torna fragilizado diante da violência no campo. Esse fato repercute no exterior. Esse diário espanhol ressalta o temor do Governo brasileiro de que o comportamento do movimento acabe contagiando outras formas de protesto. E já está contagiando porque agora são os trabalhadores sem-teto que invadem edificações urbanas em nosso País.

Portanto, não há como não trazer a esta tribuna essa enorme preocupação com a conjuntura econômica internacional e os reflexos na economia brasileira. Antes de prosseguir falando da repercussão, com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Mão Santa, presente em todos os momentos de debate no Parlamento brasileiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, eu e o País aguardávamos ansiosos a sua fala. Apesar de muito jovem, V. Ex^a tem uma extraordinária experiência e um grande serviço prestado à democracia do Brasil e ao desenvolvimento do Paraná, Estado do qual V. Ex^a é um dos mais extraordinários líderes. A fala de V. Ex^a traduz a preocupação não só dos brasileiros, mas de todo o mundo. Um jornal noticia que a ONU fez uma pesquisa e constatou que a grande maioria dos brasileiros não acredita mais na democracia. Insatisfeito com o absolutismo, o povo foi às ruas e gritou: "Liberdade, igualdade e fraternidade". Aqui essa frase traduziu-se em governo do povo, pelo povo e para o

povo. O povo está desacreditando daquilo que buscou com tanta luta. Nesses 180 anos de Senado, de Rui Barbosa, a democracia é o mínimo que se exige de um governo, seja ele qual for. Exige-se isso de qualquer um. Está na ONU, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na obra de Norberto Bobbio, Senador vitalício da Itália que morreu recentemente, que diz que o mínimo que temos de exigir de um governo é que garanta e dê segurança à vida. Este Governo não está garantindo segurança à vida de ninguém. Segurança à liberdade. O cidadão que trabalha não tem mais liberdade de nada. Os que trabalham estão morando em condomínios que são verdadeiros presídios. Quanto à segurança à propriedade, também aí está havendo desrespeito. A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo escolhe aquele princípio básico de administração, que é a unidade de comando e unidade de direção, traduzido na figura do Presidente da República. Então, o que está faltando neste País é a autoridade do Presidente da República.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, peça alguns minutos para concluir o pronunciamento.

De onde virão os recursos para o crescimento econômico? Eu nem diria para o espetáculo do crescimento, que de forma megalomaniaca anuncia o Presidente da República; para o crescimento econômico capaz de atender à demanda de empregos, oferecer oportunidade de trabalho a milhões de trabalhadores desempregados, para que possamos viver a democracia social.

De um lado, a instabilidade provocada pela insegurança das invasões, dos tumultos na área urbana, da falta de autoridade do Governo; e, de outro lado, a sinalização da crise econômica internacional com o anúncio da possibilidade de elevação das taxas de juros no Brasil e as advertências que vêm de bancos como JP Morgan, Citigroup, Merrill Lynch e pelo Dresdner Wasserstein da Alemanha, além do Banco Central dos Estados Unidos. Há uma preocupação, sim, uma séria preocupação, e o Governo brasileiro não pode ignorá-la neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de dar seqüência à lista de oradores inscritos, a Presidência fará a leitura de um Expediente que há sobre a mesa, antes registrando a presença dos alunos da 6ª série do Colégio Sigma nas galerias. Para nós, Senadores e Senadoras, é uma honra a ilustre presença dos alunos, professores e coordenadores que visitam esta sessão.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, realmente meu nome consta na lista de inscrições como o primeiro, de acordo com o art. 17. Mas, já que não tem ninguém inscrito para uma comunicação inadiável, gostaria de me inscrever para a primeira oportunidade que V. Ex^a achar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa procede à inscrição de V. Ex^a para uma comunicação inadiável, que será intercalada com os demais oradores, Senador Mão Santa, tendo em vista que V. Ex^a se encontra dentro do que prescreve o art. 17 do Regimento Interno. Tendo usado da palavra por duas vezes durante esta semana, V. Ex^a ficará como último inscrito, uma vez que há outros oradores inscritos em plenário.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, tendo em vista que estão chegando os oradores que estavam inscritos. Estou inscrito em décimo quinto. Se por acaso eu tiver a oportunidade de falar na ordem de inscrição, dispense a comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em segundo lugar, Senador Valdir Raupp, dentro do que dispõe o Regimento Interno, para uma comunicação inadiável, que será intercalada com os demais oradores. Chegando a oportunidade de V. Ex^a, a Presidência descartará uma das inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu expediente subscrito por membros da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, lideranças municipais, da sociedade civil organizada e populares solicitando empenho para rápida aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004 (nº 575-C, na Câmara dos Deputados).

É o seguinte o expediente que passo a ler:

ESTADO DO MARANHÃO
Assembléia Legislativa

São Luís, 20 de abril de 2004

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal
M.D. Senador José Sarney

Senhor Presidente,

Nós, membros da Comissão Especial das Ilhas Oceânicas e Costeiras, criada pela Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, representando também

os membros daquela Casa, juntamente com prefeitos de municípios inseridos na ilha de São Luís e representantes da sociedade civil organizada, viemos solicitar a Vossa Excelência empenho para rápida aprovação da PEC nº 575-C, de autoria do deputado Edson Andrino.

Esta emenda à Constituição brasileira é de grande importância para o Estado do Maranhão, particularmente para os municípios localizados na ilha de São Luís e, conseqüentemente, para populações neles residentes.

Ocorre que, fruto de uma legislação oriunda do Império, em 1850, foi criado o primeiro instrumento visando regulamentar a questão de registros no Brasil, chamado Registro Paroquial, onde todas as terras pertenciam ao poder central, exceto aquelas, que por concessão eram doadas a terceiros pelo imperador, as chamadas sesmarias. Ao longo do tempo, várias legislações trataram da questão da propriedade fundiária, dando um tratamento mais adequado à questão, mesmo ainda distante da situação ideal.

Uma legislação, entretanto não evoluiu em nada, a que trata das ilhas costeiras.

A Constituição de 1988, diz no seu art. 20. São bens da União:

Inciso IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofe com outros países: as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas destas, as áreas referidas no art. 26, II;

Este tratamento distinto na Constituição, dado aos municípios situados em ilhas, particularmente em ilhas costeiras, estabelece uma discriminação brutal em relação aos demais municípios brasileiros.

Senão vejamos:

- os moradores destes municípios, exceto aqueles residentes em terras oriundas de sesmarias, não são proprietários da área em que moram, ou têm o domínio útil, ou são posseiros;

- estes mesmos moradores, excetuada a questão das sesmarias, têm que pagar (IPTU às prefeituras, o que ocorre em todos municípios brasileiros, e taxa de foros à União, fato que tecnicamente pode não ser caracterizado como bi-tributação, mas de fato o é, penalizando sobremaneira uma população que já possui sua capacidade de pagar impostos e taxas exauridas;

- prejudica o setor primário, na medida em que o pequeno produtor para conseguir crédito junto às agências de crédito, normalmente lhe é exigido o título de propriedade da área, que não possui;

- a indústria e o comércio também são prejudicados, na medida que têm que incluir mais uma taxa em seus insumos, diminuindo sua competitividade;

- o setor imobiliário é prejudicado, quando, em qualquer transação de imóveis, além do ITBI, pago às prefeituras, deve ser pago laudêmio à União;

- conflitos fundiários são constantes devido o entendimento da União que as terras são de sua propriedade e a existência de escrituras lavradas em cartório conferindo a terceiros estas mesmas áreas como próprias.

Sabemos do empenho, no tocante a este assunto, dos parlamentares maranhenses tanto na Câmara Federal, como no Senado Federal. Somos sabedores também que para estas Casas convergem os mais relevantes temas de interesse da nação. Sendo estas Casas políticas e, logicamente, sensíveis aos movimentos mais prementes e legítimos da população brasileira, nós, membros do legislativo estadual, lideranças municipais, lideranças da sociedade civil organizada, lideranças populares, estamos nos mantendo mobilizados e mobilizando cada vez mais a população maranhense, para que, em breve, tenhamos uma solução definitiva para este problema.

Nenhum momento na história é mais oportuno da que este, quando temos na presidência do Congresso, hoje, um político sempre voltado para os interesses de sua terra e de sua gente.

Contamos com Vossa Excelência.

Max Barros, Deputado Estadual, Presidente da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Cristina Archer**, Deputada Estadual, Vice-Presidente da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Francisco Gomes**, Deputado Estadual, Relator da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Carlos Filho**, Deputado Estadual, Membro da Comissão Especial das Ilhas Costeiras e Oceânicas – **Erinaldo Lima**, Prefeito Municipal de Raposa – **Gilberto Aroso**, Prefeito Municipal de Paço do Lumiar – **José Câmara Ferreira**, Prefeito Municipal de São José de Ribamar – **Luís Fernando Silva**, Líder Político de São José de Ribamar – **José Laci**, Ex-Prefeito de Raposa – **Jorge Mendes**, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – **Luís Carlos Cantanhede**, Presidente da Associação Comercial – **José Arveiro da Silva**, Presidente da Federação do Comércio – **José Orlando Leite**, Presidente do Sindicato da Construção Civil – **Antonio Barbosa Belo**, Sindicato da Construção Pesada – **Ricardo Dualibe**, Assoc. Bras. do Mercado Imobiliário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O expediente lido, reunido em processo especial na forma do disposto no art. 263 do Regimento Interno, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para conhecimento do Relator e consulta dos demais Membros. Acompanhará o processado da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Dando continuidade à lista de oradores, encontra-se presente o segundo orador inscrito, o nobre Senador Augusto Botelho.

Em seguida, Senador Mão Santa, V. Ex^a terá a palavra para uma comunicação inadiável.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de começar propriamente o meu tema, que é sobre a política indígena do Brasil, gostaria de reforçar a reivindicação da Senadora Serys Slhessarenko em relação à PEC nº 77, que todos almejamos ver aprovada, para que seja resolvido o problema da dureza da PEC nº 67.

Outro ponto abordado pela Senadora Serys Slhessarenko diz respeito à Cide. A recuperação das estradas é uma necessidade urgente, porque a nova safra está chegando e não teremos tempo hábil para recuperar as estradas até lá. Além disso, todos sabemos, com a recuperação das estradas, criam-se muitos empregos, o que é muito necessário. Os recursos da Cide estão acumulados em R\$10 bilhões. Temos, pois, que dar um jeito para acelerar essa liberação.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna hoje diz respeito à política indigenista do Brasil. Se pesquisarmos a história da política indigenista no Brasil, a partir da Proclamação da República, verificaremos que ela pode ser dividida em duas etapas: a fase que poderíamos chamar de “integracionista” e outra a que poderíamos denominar pela expressão “reconhecimento étnico”.

No integracionismo, que vigorou até a década de 70, as sociedades indígenas eram vistas como um estágio primitivo e inicial de um processo unilateral de evolução. A condição do índio correspondia, assim, a um estado necessariamente transitório que desapareceria na medida em que os grupos indígenas fossem gradualmente incorporados às sociedades nacionais. As sociedades indígenas seriam um fenômeno cultural em vias de extinção e sem possibilidade de permanência e de reprodução.

Felizmente, a partir da década de 70, as sociedades indígenas passaram a ser reconhecidas como re-

alidades culturais diferenciadas, capazes de reproduzir estilos próprios de organização e desenvolvimento.

No plano político, essa nova postura se refletia na afirmação crescente dos direitos das populações indígenas de serem respeitada a sua diversidade cultural.

Assim, o discurso integracionista começou a ceder espaço, tanto nas legislações internas, como no campo internacional, ao reconhecimento da pluralidade étnica e do direito das populações indígenas de serem realizadas suas aspirações culturais de desenvolvimento diferenciado.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição de 1988, ao reconhecer aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradições, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, nada mais fez do que assegurar a referida pluralidade étnica e conferir um estatuto normativo suficientemente forte para tutelar o índio.

Portanto, mesmo com a evolução do tratamento da questão indígena no País, o que pode ser verificado pela evolução da política reservada a esses povos no decorrer da República, ainda podemos verificar graves equívocos na gestão da política indigenista no Brasil.

Exemplo disso é a forma como o Ministério da Justiça vem encarando a grave questão da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a afirmação dos direitos indígenas e de uma política indigenista sólida deve passar, no meu entender, pela própria escolha livre dos índios, definindo as suas aspirações, ainda mais quando se trata de índios totalmente aculturados, como é o caso dos indígenas que habitam a área Raposa/Serra do Sol.

A área da Raposa/Serra do Sol, como facilmente se pode verificar, é composta por indígenas aculturados, na sua esmagadora maioria. Lá, índios e não-índios convivem em permanente contato. Os índios ocupam-se do comércio, da política – temos vice-prefeitos indígenas, vereadores –, da agricultura e já estão totalmente entrosados com o modo de vida dos não-índios. Como qualquer um de nós, querem ter máquinas agrícolas, televisão, escola de qualidade, água tratada e gelada, estradas asfaltadas, ou seja, os confortos que a vida moderna nos proporciona.

Na Raposa/Serra do Sol, existem índios capazes de zelar pelos seus interesses, de dizerem como querem viver e o que querem fazer. Portanto, uma política indigenista, nessa área, deve passar necessariamente pelo crivo da vontade dos índios que lá vivem.

Infelizmente, porém, para setores do Governo, sobretudo para a Funai, os índios que vivem em Ra-

posa/Serra do Sol são índios como quaisquer outros (ditos isolados), que não têm condições de expressar sua vontade e devem, por isso mesmo, ser alvo da política indigenista forjada pelos burocratas e não, eles os índios, autores dessa política.

Recentemente, no meu Estado, duas comunidades, uma na área de Raposa/Serra do Sol, a comunidade Flexal, do tuxaua Abel, que tem tradição em plantar feijão, e a comunidade da Barata, que tem o tuxaua Jacaré Narídio, que planta milho, se organizaram, foram ao Banco da Amazônia, pleitearam empréstimo para as suas associações, de R\$100 mil para cada uma, elaboraram projeto, cumpriram todas as etapas exigidas para conseguir o financiamento. Porém, na hora de liberar o dinheiro, o Banco pediu que a Funai aprovasse o projeto.

No caso do projeto da comunidade da Barata, por exemplo, não foram feitas as roças. E isso porque o gerente havia ido até a comunidade e dito que ia financiar uma roça de 100 hectares de milho para eles. Assim, por saberem que teriam a roça mecanizada, com tecnologia e assistência da Embrapa, reduziram as suas roças. Quando da liberação do dinheiro, no entanto, o Banco mandou um ofício para a Funai, em Brasília, pedindo autorização para liberar os recursos. A Funai de Brasília, alegando que a autorização não poderia sair daqui, mandou para a de Roraima para que esta autorizasse. Já a Funai de Roraima, devolveu o ofício de volta dizendo que não autorizava.

Agora, está para começar o inverno, o que impedirá que sejam feitas as roças mecanizadas que os nossos indígenas tanto almejam: 100 hectares de feijão e 100 hectares de milho, dentro da tecnologia da Embrapa, com eles mesmos no comando. E tudo isso com recursos que eles próprios captaram no Banco e que terão que pagar.

É importante lembrar que o Banco fez um estudo de viabilidade econômica e aprovou. Portanto, quem está amarrando é a Funai. Não podemos mais atrapalhar a vida dos indígenas. No meu Estado, infelizmente, a Funai atrapalha.

A demarcação da Raposa/Serra do Sol da forma como querem o Ministro da Justiça e as ONGs estrangeiras não atende aos interesses dos índios que habitam a minha região. Os índios não querem ser lançados no isolamento forçado. A continuar do jeito que está, daqui a pouco veremos a construção de um muro separando os índios da Raposa/Serra do Sol da sociedade circundante, semelhante ao que está sendo feito para separar israelenses de palestinos.

No início do ano passado, quiseram – não sei se foi a Funai ou alguma ONG – cercar a Vila de Pacaraima, onde há mais ou menos 2 mil casas. Quase houve

um atrito, com derramamento de sangue, porque os moradores não queriam que fosse feita uma cerca na cidade. É uma falta de respeito para com o cidadão! E no Brasil não se costuma fazer isso. Para mim, isso é influência de ONG estrangeira.

Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, vivemos num Estado Democrático de Direito e, portanto, devemos dar voz às diversas etnias da Raposa/Serra do Sol. Devemos auscultar a sua vontade e os seus anseios. Devemos buscar saber como querem viver e não impor-lhes uma política indigenista e a todos os índios do País. A maioria dos povos indígenas sabe o que quer fazer e como quer viver.

Já conversei com vários tuxauas daqui do Centro-Oeste e eles me disseram que ficam tristes, porque, no limite da sua terra há uma rica fazenda produtora de soja, e eles vivem na miséria, dependendo da vontade da Funai. Temos que fazer uma mudança: se os índios querem plantar de forma mecanizada, têm o direito de fazê-lo. Quem decide são eles; não somos nós nem os antropólogos. É isso que deve ser respeitado na política indigenista que está sendo esboçada para o País.

Caso contrário, corremos o risco de ver ocorrer em Roraima o mesmo que ocorreu em Rondônia: um conflito que gerou 27 mortos. E se for feito o que quer o Ministério da Justiça, poderemos ver um conflito interétnico, com índio matando índio, ao invés de índio matando garimpeiro, porque os garimpeiros não estão indo muito a Roraima. E se colocarem para fora os moradores, será ampliado o número dos sem-casa, dos sem-teto e dos sem-emprego em Boa Vista. Já há duas ou três gerações de cidadãos que moram com os indígenas.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a referiu-se ao incidente entre garimpeiros e índios cintas-largas, na Reserva Roosevelt, em Rondônia. Infelizmente, esses confrontos e atos de violência são recorrentes no nosso País. Ao mesmo tempo em que ocorre o confronto entre os cintas-largas e os garimpeiros, em Rondônia, a Rociinha é invadida e no Complexo da Maré há confrontos permanentes. Ou seja, esses massacres, essas matanças estão presentes não só em Rondônia, mas também nos grandes centros urbanos. Existe uma causa para tudo isso, e eu gostaria que pudéssemos debater-la. O que aconteceu em Rondônia e acontece nos grandes centros, principalmente com as populações periféricas, é a ausência da autoridade do Estado – ele

está ausente tanto na Rocinha quanto em Rondônia. O Estado deveria proteger uma área demarcada, homologada e de direito legítimo dos cintas-largas, mas ele não garante aquilo que a lei determina, como não garante a integridade, a segurança dos moradores das periferias urbanas. E por que isso acontece? Porque o Estado brasileiro é um instrumento feito para concentrar a renda. V. Ex^a sabe, tanto quanto nós, que, na ponta da contribuição dos impostos, existe um grupo de privilegiados que recolhe esses impostos mas não os transfere para o Fisco. Na ponta da aplicação, há a conhecida corrupção do superfaturamento das obras, das notas fiscais frias, fazendo com que o dinheiro fique concentrado nas mãos de poucos. Conseqüentemente, os serviços não chegam à Rocinha e não há garantia para as terras homologadas dos cintas-largas. Não há segurança no nosso País, porque o dinheiro, por meio do instrumento do Estado, está concentrado nas mãos de poucos. E é isso que precisamos discutir, debater e legislar, para que a sociedade possa controlar o resultado da sua contribuição, acompanhar as receitas e as despesas. E quero ilustrar aquilo que venho debatendo freqüentemente nesta Casa, meu caro Senador. Em dezembro do ano passado, no meu Estado, duas cadeias de supermercado de peso econômico igual fizeram arrecadações completamente diferentes: uma destinou ao Fisco R\$25 mil e a outra, R\$500 mil. Com certeza, os proprietários da primeira são “amigos do rei” e estão dispensados de entregar ao Fisco aquilo que o contribuinte pagou. Desse jeito, o Brasil continuará crescendo da forma desigual, injusta e violenta que estamos vendo.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senador João Capiberibe, agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte. Sei que V. Ex^a é um dos que lutam para diminuir a vergonhosa desigualdade que há no nosso País. Quando falo em V. Ex^a, gosto sempre de dizer que o seu Governo, no Amapá, deu um exemplo de transparência que deveria ser seguido por todos os governos estaduais e pelos órgãos públicos deste País: ter suas contas permanentemente atualizadas na Internet. Alguns iniciaram esse processo, mas deixaram suas contas desatualizadas. Precisamos de transparência para que o pouco dinheiro arrecadado chegue à ponta.

Os índios cintas-largas estão fazendo isso porque estão desassistidos, assim como os garimpeiros, que não têm outra opção. V. Ex^a sabe da violência que existe em um garimpo. Alguns bandidos vão para o garimpo, atacam as frentes de serviço e matam as pessoas para roubar o produto, principalmente os diamantes, que são mais leves e mais fáceis de carregar. É mais difícil localizá-los do que o ouro.

Como V. Ex^a falou, a ausência de Governo permitiu que a situação na reserva Raposa/Serra do Sol chegasse a esse ponto. Isso não teria acontecido se tivesse havido Governo há 15 ou 20 anos. Se tivessem definido as terras indígenas como mandava a Constituição, não estaríamos com esse problema. É o atraso na definição da área que provoca conflitos. Até hoje, não repassaram as terras da União para o meu Estado e nem para o seu – sei muito bem disso.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Com prazer, concedo um aparte à Senadora Serys Silhessarenko.

A Sr^a Serys Silhessarenko (Bloco/PT – MT) – Senador Augusto Botelho, é muito importante a temática abordada por V. Ex^a da necessidade da demarcação das terras indígenas. Infelizmente, desde os primórdios do descobrimento, temos o problema da terra. As capitâneas hereditárias chegaram aqui e se aposaram das terras. Dessa forma, meia dúzia de pessoas tomaram conta de tudo, a maioria ficou com muito pouco ou quase nada e grande parcela da população ficou sem absolutamente nada. Então, se os sem-terra precisam de terra, resgatem-se as terras públicas apossadas de forma indevida por meia dúzia de grandes latifundiários, como aconteceu no meu Estado de Mato Grosso. Que se resgatem essas terras públicas para fazer a reforma agrária! E onde não há terras públicas suficientes para serem resgatadas para fins de reforma agrária, que se desapropriem! Esse é um ponto da questão da terra. O outro ponto, importantíssimo, é a legalização, a regularização, a demarcação das terras indígenas. Isso precisa ser feito! Como V. Ex^a estava dizendo quando me concedeu o aparte, se isso tivesse sido feito à época, de forma correta, com presteza e agilidade, não teríamos o problema que estamos tendo hoje. Isso não é problema do nosso Governo, não é problema de agora, pois vem desde 1.500. Nossos indígenas vivem esse problema há 500 anos. E a solução existe. Já existiu através dos tempos. No entanto, tornaram-na muito difícil, por causa de desmandos, de egoísmo, de apropriação indébita, ocorrida num passado não muito distante e também no mais distante. A regularização das terras indígenas se faz necessária já, porque, infelizmente, muito tempo transcorreu. E eles não podem continuar convivendo com esse problema. Temos de evitar essa desgraça – desculpem o termo – que ocorreu no Estado de Rondônia. Os garimpeiros estão lá tentando ganhar a vida, que está difícil, mas não estavam no lugar apropriado e, por isso, infelizmente, houve a chacina. Aproveito para demonstrar solidariedade aos familiares dos ga-

rimpeiros mortos. Não tenho dúvida de que há necessidade de regularização das terras indígenas e de que a responsabilidade é de muita gente, de um passado não tão recente, como V. Ex^a muito bem diz. Essa situação poderia estar resolvida há muito tempo e esse tipo de problema não existiria mais. Cada Senador que aborda esse assunto deve se reportar às suas hostes políticas, àqueles que já tiveram poder político neste País durante muito tempo no passado e nada fizeram. Por que não o fizeram? Está errado que ainda agora não se tenha conseguido demarcar? Sim, mas é difícil fazer isso agora porque muita coisa errada ocorreu no passado. Muito obrigada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Senadora, agradeço a V. Ex^a o aparte e tenho certeza de que vamos trabalhar para conseguir isso.

A população de Roraima é favorável à demarcação das terras indígenas, pois é quem mais sofre com a indefinição. Ela quer a definição das áreas indígenas.

Mas, depois que definirmos essa área, temos também que regulamentar a exploração mineral nas áreas indígenas. Como podem os índios viver em regiões ricas em diamante e ouro, como no caso de Roraima e da Reserva Roosevelt, em Rondônia, e não usufruir dessas riquezas? O usufruto é dos indígenas e precisamos regularizar essas terras para que eles possam usufruir. Eles podem até cobrar **royalties** dos garimpeiros. É muito difícil legalizar garimpo de diamante, porque já é tradição eles operarem na ilegalidade, principalmente no Brasil. Roraima é uma terra onde sempre houve garimpo e muitos garimpeiros. E, diga-se de passagem, a maioria dos garimpeiros são pessoas sérias, que trabalham, que têm famílias e querem melhorar de vida.

No meio deles infiltram-se marginais, para justamente roubá-los, e que podem ainda provocar atritos com os índios.

Faço um apelo, já que está próxima a definição de uma solução para a região Raposa/Serra do Sol, para que sejam respeitados os direitos tanto dos índios como dos pequenos produtores rurais que moram lá há três ou quatro gerações, como os produtores de arroz que lá chegaram antes que a área indígena se ampliasse. A área Raposa/Serra do Sol foi ampliada três vezes, até que atingiu a área dos arrozeiros.

O meu apelo é também para que as pessoas não se exaltem, para que não haja atritos. Mesmo que a solução adotada não seja favorável a um ou outro lado, que não apelem para a violência, que tentem conversar e discutir. Não desejamos que ocorram em nosso Estado de Roraima os tristes episódios ocorridos em Rondônia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Consulto o Senador Valdir Raupp, dentro do princípio da intercalação, se S. Ex^a deseja falar para uma comunicação inadiável ou se pretende aguardar para falar na condição de orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pretendo aguardar para falar como orador inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a devidamente inscrito.

A Presidência iria conceder a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Tião Viana, mas como V. Ex^a tem preferência como Líder, pode falar antes, se assim o desejar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Falarei após o Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Assim sendo, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por vinte minutos, por cessão do nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, agradeço a sensibilidade e a atenção do Senador Demóstenes Torres, que me cede a vez, já que o tempo da Liderança tem prioridade sobre o do orador regularmente inscrito.

Ocupo a tribuna do Senado Federal para lembrar que, nos próximos dias 26 a 30 do corrente mês, promoveremos um ato extraordinário do ponto de vista da saúde pública, em todo o continente americano. Trata-se da II Semana Americana de Vacinação, que envolve a Organização Mundial de Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde, diversos países latino-americanos e os Estados Unidos, numa belíssima ação que atenderá a mais ou menos 100 Municípios, somente no território nacional, que fazem parte do cinturão de fronteira.

As vacinas oferecidas à população dessas regiões serão: dupla viral, hepatite B, poliomielite, febre amarela, difteria, tétano e coqueluche.

O Brasil, de maneira diferenciada, está oferecendo uma contribuição a mais a países como Venezuela e República Dominicana, que não têm acesso às vacinas contra rubéola e sarampo.

A I Semana Americana de Vacinação foi realizada em 2003 e obteve amplo sucesso. Em fevereiro deste ano, os governos americanos reuniram-se em Quito,

Equador, e definiram a estratégia a ser adotada, que atingirá, de fato, de maneira sólida, todos os Estados e Municípios que fazem parte dos chamados cinturões de fronteira, em uma cobertura ampla.

No ano passado, houve prioridade para a cobertura vacinal das crianças, e 15 milhões de crianças foram beneficiadas. Este ano a campanha será mais universal, com atendimento a diversas faixas etárias.

O Ministério da Saúde tem tido uma atuação de vanguarda, dentro do contexto pan-americano, em relação à cobertura vacinal. O Ministro Humberto Costa tem declarado que a consolidação da proteção nas áreas de fronteira significa fronteira fechada para a veiculação de doenças transmissíveis, de doenças que matam milhões de pessoas no planeta todos os anos.

Ao olhar os irmãos africanos, Sr. Presidente, gostaríamos de também ter uma visão de esperança daquelas populações, consideradas periféricas, que vivem nas áreas mais vulneráveis à ocorrência de doenças transmissíveis e evitáveis. Gostaríamos que elas estivessem protegidas. Infelizmente, esse quadro não existe e ainda hoje morrem 35 mil crianças todos os dias em decorrência da fome ou de doenças evitáveis.

Considero que ações como essa que promovemos nos dias 26 a 30 de abril representam uma mudança efetiva na responsabilidade político-social e no conceito de integração entre os países americanos hoje. Estão envolvidos não apenas a Organização Pan-Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde, como os CDCs (Centros para Controle e Prevenção de Doenças) americanos, o Rotary Internacional, a Cruz Vermelha e outras entidades, que têm estendido a sua mão solidária para que tenhamos êxito em uma questão dessa natureza. O resultado será o benefício da diminuição da ocorrência de doenças inaceitáveis para o século XXI, o início do terceiro milênio.

Cumprimento, de maneira sincera e elogiosa, o Ministro da Saúde, Humberto Costa, pela sensibilidade e determinação na realização desse ato extraordinário, que marca efetivamente um novo passo da saúde pública brasileira e pan-americana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Líder Demóstenes Torres, que fará uma comunicação de interesse partidário, pelo prazo de cinco minutos.

Em seguida, terá a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do nobre Senador Leon Pavan.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “a esperança é um urubu pintado de verde”. Mário Quintana.

O Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, com toda certeza, não criou a superlotação dos presídios, os conflitos fundiários, o embate entre índios e garimpeiros ou a narcoguerrilha nos morros do Rio de Janeiro. São gravíssimos problemas que antecedem o seu mandato, mas que se exasperaram e fugiram ao controle. Hoje é possível mensurar o quanto foram irresponsáveis os estímulos provocativos do Presidente da República quando, no início do Governo, embevecido pela extensão do seu poder, que à época ele imaginava ter propriedades divinas, vestiu o boné dos sem-terra e em várias outras oportunidades deu azo à impacientação da sociedade.

Em seus arroubos demagógicos, o Presidente Lula incitou a rivalidade entre as classes, aprofundou contradições históricas e criou ambiente propício ao desencadeamento de um vale-tudo dos descamisados. O pessoal da lularquia faz uma aposta explosiva ao acumular incompetência gerencial com vanguardismo sociológico. O mesmo Ministro que não faz a reforma agrária acredita que é próprio do ambiente democrático o tal “abril vermelho” do Sr. João Pedro Stédile. Com uma mão, o Governo negligencia a proteção de uma reserva indígena, faz ouvidos moucos aos avisos de conflagração, aguarda a consumação do caos, para com a outra mão testemunhar ser ato de legítima defesa da propriedade o massacre de 29 garimpeiros promovido pelos índios Cinta-Larga.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quando os gestores públicos começam a rasgar o texto das leis, insultar os princípios constitucionais e queimar os códigos em público, acabam por autorizar todos os governados a praticarem o exercício arbitrário das próprias razões. A rebelião no Presídio Urso Branco, em Rondônia, é um retrato perfeito da falta total de substância do Estado brasileiro. A perda da percepção de autoridade, neste caso e na recente Guerra da Rocinha, se aguça com o tratamento indolente que o PT confere à administração das crises. Os presidiários estão rebelados há seis dias em Rondônia, e, só ontem à noite, o Diretor do Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, Clayton Alfredo Nunes, foi a Porto Velho acompanhar as negociações com os presos.

Esse Governo está sempre atrasado nos momentos em que mais é demandada a presença da União. Observem que o Brasil já teve rebeliões em presídios marcadas por um saldo de perdas humanas maior do que a que está em curso em Rondônia, como foi o caso da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, mas, certamente, o País nunca assistiu a tamanho espetáculo de selvageria, como está acontecendo em Rondônia. Cabeças cortadas, corpos esquartejados,

badernaço generalizado, destruição do patrimônio público e desmoralização das autoridades são cenas que fazem o Brasil cada vez mais pobre de governo e distante de qualquer futuro decente.

Sr. Presidente, por várias ocasiões, tive a oportunidade de denunciar a letargia crônica que acomete a administração atabalhoada do PT. De todos os problemas brasileiros, com toda a certeza, a inércia governamental é a grande responsável por esta dolorosa sensação de que o Brasil pós-Lula é rigorosamente pior do que o País legado pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os dados do próprio Ministério da Justiça confirmam tal percepção. Em 2002, havia no País um déficit no sistema penitenciário de 57.794 vagas. Em 2003, o passivo subiu para 116.382 vagas. O Governo Lula havia prometido construir cinco presídios federais, durante o seu mandato, em Mato Grosso do Sul, Paraná, Bahia, Rondônia e Tocantins. A obra do primeiro estabelecimento penal, em Campo Grande, era para estar começando agora em maio e para ser concluída exatamente no mesmo mês de 2005, mas sequer foi finalizado o procedimento licitatório, e, só no próximo mês, serão abertos os envelopes da concorrência pública.

Tenho sido um crítico implacável da falta de iniciativa do Sr. Ministro da Justiça, mas devo confessar que me convenci, após debate com o Dr. Márcio Thomaz Bastos, na última segunda-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de que a razão para tanto imobilismo não se situa apenas no Ministério da Justiça, mas também no andar de cima do Ministério da Fazenda, que definitivamente não está interessado na segurança da sociedade brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em 2003, o Ministério da Justiça executou 34% dos recursos orçamentários do Fundo Penitenciário. Dos R\$216.032.429,00 autorizados, foram gastos efetivamente R\$74.310.668,19. Estamos caminhando para o fim do quarto mês de 2004, e, até o momento, o Governo Lula conseguiu executar a ninharia de 0,06% do orçamento deste exercício, ou seja, dos R\$202.179.835,00 autorizados, foram pagos R\$128.998,69. Infelizmente, é previsível que a temperatura do sistema prisional continue a subir, e outras manifestações explosivas devem acontecer com igual ou pior grau de violência verificada em Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão

do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início deste ano, mais precisamente em janeiro, recebi uma correspondência do Sr. Edson Ribeiro, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Sena Madureira, um belo e gostoso Município do meu Estado. Na correspondência, ele me solicitava apoio e ajuda, a partir do nosso gabinete em Brasília, para conseguir o registro no Ministério do Trabalho do sindicato daquela categoria.

Prontamente, meus assessores e eu começamos a diligenciar o seu pedido aqui, em Brasília. Entramos em contato com o Ministério do Trabalho. Pessoalmente comparecemos ao Ministério. Falávamos ao telefone ou utilizávamos outros meios de comunicação, e, a cada dia, a situação ficava mais esquisita, impressionante. Um assunto desse tipo precisa ser resolvido, nem que se diga: “O seu sindicato não vai poder ser registrado”. Mas não houve nem “sim” e nem “não”, Sr. Presidente. Eu me vi forçado, então, a solicitar – em se tratando de um assunto tão singelo como esse, um assunto banal, administrativo – uma audiência com o Ministro do Trabalho. Repito: tive de tomar essa atitude para tentar resolver uma questão da maior singeleza, já que o Ministério, com sua burocracia, não conseguiu resolvê-la até hoje. Dever-se-ia registrar o sindicato ou dizer por que este não poderia ser registrado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde março solicitamos essa audiência com o atual Ministro Berzoini, e, para minha surpresa, não consigo marcá-la. A impressão que temos é a de que, em alguns setores do atual Governo – do meu Governo, lastimavelmente! –, “a vaca desconhece o bezerro”, pois impera o caos administrativo, a ineficiência e, inclusive, a falta de respeito.

Quando solicita uma audiência com uma autoridade federal, com um Ministro de Estado – eu já disse isso aqui uma vez –, um Parlamentar não o faz com o propósito de contar a história da carochinha. O Parlamentar precisa avistar-se com as autoridades, com o Ministro de Estado, para tratar de interesses públicos. Esse é o fato que me levou a solicitar audiência com o Ministro Berzoini, que, do alto da sua arrogância, do alto da sua grande importância, até hoje não respondeu se receberá ou não o Senador, o Parlamentar.

Vejo-me forçado a vir a esta tribuna – estamos reduzidos a ela –, porque é a única trincheira que temos para tratar de assuntos dessa natureza. Fico estarecido com um fato como esse, que, repito, é uma falta de respeito, de tino administrativo, de consideração. Não me quero colocar como um Parlamentar da base de sustentação do Governo, porque é dever de todo Ministro atender um Senador em audiência, mesmo que seja para lhe dizer: “Não, Senador, não o

posso atender". Mas o Parlamentar deve ser recebido, porque ele não está aqui de brincadeira, não está aqui para conversa fiada.

Com essas palavras, registro a minha profunda decepção, Sr. Presidente. Já que não consigo marcar uma audiência com o Ministro, penso em promover uma convocação de S. Ex^a, para que nos diga por que um assunto desses não é resolvido no seu Ministério. Se uma titica de assunto como essa não é resolvida no seu Ministério, o que o é, Sr. Presidente?

É de pasmar! É impressionante o que está acontecendo. Fico impressionado.

O Presidente Lula é uma pessoa humilde, delicada e educada, que recebe todos com a maior distinção. Já estive por mais de uma vez com Sua Excelência, o qual nos recebe e com quem tratamos as questões que devem ser resolvidas. No entanto, Sr. Presidente, algumas pessoas que devem prestar serviço à Nação, ao povo brasileiro, acham-se importantes demais e não se dignam sequer a receber um Parlamentar. Imagino o que está passando o povão, que precisa resolver algumas questões cruciais. Se um Senador da República não merece a consideração de ser recebido por cinco minutos em audiência, para tratar de assunto de interesse público, o que deve estar passando o povão, Senador Eduardo Siqueira Campos? É de lastimar que isso tudo esteja acontecendo!

Faço esse registro, Sr. Presidente, mas também faço uma observação positiva.

No início deste ano, eu trouxe fatos a esta Casa que me deixaram profundamente preocupado. Andando pelo interior do meu Estado, em um dos seus extremos, Cruzeiro do Sul, observei uma situação que preocupava, como preocupa até hoje, a população daquele Município. Existem lá duas empresas de revenda de gás que praticam o preço que querem, um preço extorsivo, abusivo e igual, o que configura, claramente, o cartel instalado naquele Município. Mas, antes de fazer uma denúncia mais severa, procurei-me informar e, por intermédio, da Mesa desta Casa, fiz chegar às mãos da Ministra Dilma Rousseff um pedido de informações a respeito do que estava acontecendo em Cruzeiro do Sul e de qual era o controle que o Poder Público exercia sobre aquela prática abusiva, que maltrata a população daquele Município. Ainda hoje, tive o prazer de receber resposta às minhas indagações. À Ministra Dilma Rousseff, que, dentro do Ministério, é uma das autoridades mais atuantes, Senador Mão Santa, não ocorreu nenhuma dificuldade para responder a uma consulta feita por um Parlamentar.

Quero, de público, agradecer a distinção de que fui alvo pela Ministra Dilma, mas a correspondência que S. Ex^a me encaminhou confirma tudo aquilo que

eu vinha dizendo acerca da prática abusiva da venda de gás no Município de Cruzeiro do Sul e, de resto, no interior de todo o Estado do Acre.

Tenho comigo correspondência e notas técnicas, produzidas no âmbito do Ministério das Minas e Energia, que dão conta da situação de descontrole existente hoje particularmente no Município de Cruzeiro do Sul. A nota à qual me refiro é da Agência Nacional do Petróleo, enviada à Ministra, que, por sua vez, repassou para este Parlamentar e para esta Casa informações de que os preços médios de revenda do gás liquefeito de petróleo em Cruzeiro do Sul estão entre os mais elevados, em comparação com os preços praticados nos Municípios pesquisados na zona norte. Os preços praticados pelos postos de revenda podem ser considerados muito elevados em consideração aos demais daquela região. Nas demais cidades pesquisadas, os preços médios mais elevados situam-se, ao longo do período mencionado, na faixa de R\$36,00 a R\$38,00 o bujão. Em Cruzeiro do Sul, segundo informação de que disponho – proveniente de pessoas que, preocupadas com o que está acontecendo, me ligam –, o preço do botijão de gás já ultrapassou o valor de R\$50,00.

Há aqui também a informação de que não existe nenhum procedimento instaurado para verificar a ocorrência de práticas anticompetitivas por parte dos revendedores que ali estão, mas há a preocupação da Agência Nacional do Petróleo de encaminhar o assunto à SDE e ao Cade, para adoção das medidas cabíveis no âmbito da Lei nº 8.884.

Sr. Presidente, trago essas duas informações. Uma delas é triste, e a outra denota o esforço, a responsabilidade e a dedicação de uma alta autoridade da República. A triste é aquela que traduz o que se está tornando comum: o comportamento arrogante, prepotente e deselegante de algumas autoridades do Governo Federal, para nossa tristeza, o que demonstra à saciedade que algo precisa mudar.

O Presidente Lula precisa transmitir às suas companheiras e aos companheiros de Ministério o que pratica há muito tempo: a humildade. O que nos custa conversamos, Senador Siqueira Campos? O que nos custa tratarmos das questões? O que nos custa sermos cavalheirescos? Nada nos custa. Tenho certeza absoluta de que, no dia em que eu quiser tratar de algum assunto com V. Ex^a, serei recebido prontamente. Essa é a prática dos homens civilizados, das autoridades que se prezam, daqueles que têm o senso da responsabilidade pública. Lastimavelmente, essa não é a prática do nosso Governo, e algo precisa mudar.

Faço votos de que o Presidente Lula atente para essa questão, porque, ao que me consta, não sou o primeiro a aqui traduzir essa sensação de desconfor-

to com o que está acontecendo no seio da mais alta esfera administrativa do nosso País.

Concedo um aparte ao Senador Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Geraldo Mesquita Júnior, quero, em primeiro lugar, ressaltar a sua altivez e elegância ao trazer ao Plenário um assunto que, na verdade, diz respeito a todos nós. Quando me dirijo a uma autoridade, Senador Geraldo Mesquita, não quero ser recebido pelo simples fato de ocupar o cargo de Senador, pois não sou eu quem precisa de atenção e respeito, mas, sim, o meu Estado, os meus eleitores, os segmentos que represento. Esse é um princípio básico, elementar, que deve ser seguido por alguém que esteja investido em qualquer cargo de autoridade, inclusive por nós, que recebemos prefeitos, vereadores, segmentos representativos da nossa sociedade – não só do nosso Estado –, porque somos Senadores da República. Então, quero dizer a V. Ex^a que esta Casa já ouviu um relato do nosso Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, com relação a esse mesmo Ministro, anteriormente Ministro da Previdência. Um Parlamentar da importância de S. Ex^a o Senador Paulo Paim – importância que todos temos, pelos segmentos e pelos Estados que representamos – foi tratar da reforma da previdência, mas não foi recebido. Isso causou um grande mal-estar. Quero dar, aqui, um depoimento, Senador Geraldo Mesquita, inclusive tendo em vista o que V. Ex^a disse. Que orientação eu, na interinidade como Vice-Presidente desta Casa, tenho do Presidente José Sarney? Todas as vezes que um Parlamentar se dirige à Mesa é sempre um Senador, que tem, no meu entendimento, um assunto importante a tratar, qualquer que seja o assunto, porque o tempo de S. Ex^{as} é precioso. S. Ex^{as} estão sob permanente delegação do povo do Estado que representam nesta Casa. Então, veja V. Ex^a que eu, por ser um Parlamentar de oposição, apesar de ter esta noção, lógico, de que os Ministros prioritariamente querem dar boa acolhida aos companheiros da base aliada, não me sinto constrangido em pedir audiência. Fui recebido diversas vezes pelo Ministro José Dirceu, por quem tenho o maior respeito, e sempre fui muito bem-recebido, eu e a Bancada do Tocantins; também pelo Ministro Ciro Gomes, pelo Ministro Gushiken; pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos; pelo ex-Ministro Anderson Adauto, e pelo atual, Ministro Alfredo Nascimento, para discutir questões relativas a meu Estado – inclusive o Ministro havia acabado de ser empossado e tinha todas as desculpas até para dizer: “Senador aguarde mais um pouco”; no entanto, S. Ex^a me recebeu no primeiro dia. Também fui recebido pelo Ministro Olívio Dutra. Esses os Ministros a quem procurei e fui prontamente atendido. Entendo que essa é a norma. O Ministro

deve entender, em primeiro lugar, que um Senador não deve ser atendido pela questão partidária, mas por ser um Senador. E é lógico que, sendo do partido que ajudou a eleger o Governo, então não deveria haver horário – assim entendo. Deveria ser um prazer para um Ministro receber uma contribuição, principalmente de um Parlamentar como V. Ex^a. Quero dizer, Senador Geraldo Mesquita, que V. Ex^a é um dos Parlamentares que, mesmo sendo um Senador de primeiro mandato, já conquistou, nesta Casa, de forma muito rápida, o respeito de todos pela sua maneira ativa, pela sua forma sempre respeitosa de se dirigir aos seus Pares, sempre acompanhado de algo mais, um atributo de V. Ex^a: a humildade. Qualidade essa que, aliás, parece estar faltando a alguns, que não compreenderam ainda que esse é o princípio básico que rege as relações humanas. Espero que a manifestação de V. Ex^a, que se dá de forma muito serena, sirva de alerta, como uma oportunidade para reflexão. Pelo menos em relação a isso ninguém pode dizer nada do Presidente Lula, Sua Excelência é efetivamente um cidadão humilde. Deveriam ser todos os seus Ministros seguidores desse exemplo. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (Bloco/PSB – AC) – É verdade. Agradeço, Senador Eduardo Siqueira Campos, a intervenção de V. Ex^a ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, antes de encerrar, peço à Agência Nacional do Petróleo e à Ministra Dilma, tão sensível a essas questões – S. Ex^a, ainda na semana passada, esteve na minha terra, lançando o Programa Luz para Todos, tal a sua preocupação em universalizar os serviços que o seu Ministério presta –, que atentem para o que está acontecendo em Cruzeiro do Sul e em outros Municípios do meu Estado, particularmente na região do Juruá, Tarauacá, Feijó, onde o povo passa baixo.

Digo, com base em informações que recebi do Ministério e sem medo de errar, que o povo está sendo explorado, tungado, quando precisa adquirir bens essenciais, como, de resto, é o gás liquefeito de petróleo, sem o qual as pessoas, hoje em dia, não conseguem mais tocar suas vidas nas cidades.

Portanto, peço à Ministra Dilma Rousseff, à Agência Nacional do Petróleo, aos organismos responsáveis pelo controle dessa situação, que atuem com firmeza naquela região, e o povo acreano, particularmente o povo do Juruá, agradecerá penhorado.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Agradeço a V. Ex^a por ter cumprido o tempo.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, do Estado de Rondônia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de falar sobre as duas tragédias que ocorreram em Rondônia nos últimos dias e deixaram o nosso povo entristecido, falarei a respeito do salário mínimo.

Esta Casa e, por que não dizer, o Congresso Nacional têm debatido muito acerca da questão do salário mínimo. A mídia, todos os dias, nos traz páginas e páginas de reportagens sobre essa matéria. Hoje, lendo os jornais do País, deparei-me com várias reportagens a respeito dos possíveis valores para o salário mínimo, R\$260,00, R\$270,00, R\$300,00, e outros mais. No entanto, sabemos que será bastante difícil para o Presidente da República e para a equipe econômica estabelecerem um salário acima de R\$270,00. Mas o trabalhador poderia ter um alento – inclusive está na mídia hoje –, que seria um aumento no salário-família.

A Deputada Marinha Raupp, ainda na gestão passada, mais precisamente em 2000, apresentou um projeto de lei – que, infelizmente, à época não foi aprovado; passou pela Comissão de Seguridade Social e hoje tramita na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados – sugerindo ao Governo Federal a mesma coisa, ou seja, o aumento do salário-família como forma de complementar a renda das famílias que tenham mais filhos. Dessa forma, os cerca de R\$14,00 seriam aumentados para R\$25,00 ou R\$26,00, praticamente dobrando o seu valor.

Caso isso seja acatado, mesmo que o salário mínimo seja de R\$270,00, uma família que tivesse três filhos, por exemplo, poderia chegar a um salário de R\$345,00. Isso seria muito bom e, parece-me, não oneraria muito os cofres públicos. Assim, o Governo Federal poderia aprovar o aumento do salário mínimo para R\$270,00, que, com esse complemento, ele poderia chegar a R\$ 345,00 para famílias com mais de três filhos. Isso seria, repito, muito bom!

Vamos, portanto, torcer para que o projeto da Deputada Marinha Raupp possa ser aprovado, se for a vontade do Governo. Sabemos que todo projeto polêmico só é aprovado se houver o apoio do Governo Federal e dos seus Líderes no Congresso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado, Rondônia, vem sendo notícia nacional e internacional, lamentavelmente, porque vem amargando uma das piores crises sociais de sua história. Primeiro, o massacre – não podemos dizer guerra – na reserva

cinta-larga, na jazida de diamantes. Segundo informações, é a maior jazida de diamantes do mundo, já explorada há três anos por índios e garimpeiros.

Não adianta tapar o sol com a peneira e dizer que os índios não a estão explorando ilegalmente, que os garimpeiros não entraram nessa área ilegalmente, porque não existe nenhum projeto, não existe nenhuma regulamentação, nenhuma aprovação legal para se explorar diamante na reserva cinta-larga. De modo que ambos os lados estão errados. Mas, o fato de os dois lados estarem errados não justifica o massacre de nenhuma das partes. E o que os garimpeiros sofreram nos últimos dias em Rondônia foi um verdadeiro massacre, hoje comprovado e confessado pelo Cacique Pio, da tribo cinta-larga, segundo o qual foram os índios realmente que, revoltados com a invasão dos garimpeiros, acabaram cometendo essa barbárie, essa injustiça contra os garimpeiros.

São pais de família, Sr. Presidente, de todo o Brasil – não só de Rondônia, mas também de São Paulo e de outros Estados – que estavam lá pela falta de emprego. É o desespero que leva um pai de família a deixar o seu lar, percorrer vários Estados até chegar a Rondônia, entrar num garimpo e tentar catar algumas pedras de diamante para vender, muitas vezes na clandestinidade, já que o garimpo é ilegal e esses diamantes não podem ser vendidos legalmente. E o pior é que acabam pagando com as próprias vidas. Não é justo!

Sou muito amigo das etnias em Rondônia. Fui Governador, Prefeito, e sempre tive uma convivência pacífica com os índios de todas as nações, de todas as tribos de Rondônia. Mas, com todo o respeito, isso que aconteceu com os nossos garimpeiros na reserva de diamantes dos índios cinta-larga foi uma injustiça muito grande.

Por duas vezes, estive com o Ministro da Justiça e outros Parlamentares da Bancada Federal e apresentamos propostas para a regulamentação desse garimpo. No entanto – e falo isto mais uma vez – projeto nesta Casa e no Congresso só anda se houver interesse do Governo Federal.

Há um projeto de autoria do Senador Romero Jucá, aprovado aqui, no Senado, que está dormindo na Câmara dos Deputados já há algum tempo – creio que há um ano ou dois –, que poderia resolver toda essa questão de regulamentação das reservas minerais nas áreas indígenas de nosso País.

De forma que faço aqui um apelo à Câmara dos Deputados, aos Líderes do Governo naquela Casa, para que aprove esse projeto o mais rápido possível a fim de acabar com essa situação de conflito que está ocorrendo hoje no Estado de Rondônia. Tenho

certeza de que isso deve estar acontecendo em outros Estados também.

Passo à questão das execuções ocorridas dentro do Presídio Urso Branco. Parece que a bruxa está à solta em Rondônia, como diz o ditado popular, porque nem bem termina o conflito da reserva dos cinto-larga e começam as execuções de presos pelos próprios companheiros naquele presídio em Porto Velho. Já morreram dez. Então, são 29 garimpeiros, mais dez presidiários, totalizando 39 mortes nas últimas duas semanas em Rondônia. Isso é demais para uma população pacífica, ordeira e trabalhadora.

Se não fosse o problema do presídio e o da reserva dos cinto-larga, não teria ocorrido mais nada no Estado. Foram esses dois problemas, lamentavelmente, que fugiram do controle das autoridades e que geraram toda essa situação.

Faço um veemente apelo às autoridades federais para que nos ajudem, a fim de que não ocorra mais nada parecido em Rondônia. Envergonha-nos ver o nosso Estado no noticiário nacional e internacional por mais esse episódio lamentável que lá ocorreu.

Concedo o aparte, com todo prazer, ao Senador Alberto Silva, do Piauí.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, V. Ex^a foi Governador de Rondônia e sabemos do trabalho que realizou por lá. É do conhecimento do Brasil como o Governo de V. Ex^a foi promissor para aquele Estado. V. Ex^a acaba de dizer que, à época em que era Governador, o seu convívio com as etnias era sempre muito cordial. O Estado e as etnias viviam em perfeita harmonia. Eu, que já governei o Piauí por duas vezes, assim como meu companheiro Mão Santa, farei uma pergunta a V. Ex^a neste instante: o Governo de Rondônia poderia ter feito alguma coisa para evitar o que aconteceu com os índios cinto-larga e aqueles garimpeiros? A mim me parece, e a nós outros que não conhecemos o assunto de perto como V. Ex^a, que não existem mais índios selvagens; que os cinto-larga vão até a cidade e há um convívio. E existe a Funai, que é um órgão que funciona como supervisor do problema dos indígenas. Por que esse massacre? Se fossem selvagens, como à época do Descobrimento, quando eles prendiam, amarravam e faziam aquela dança da morte, mas eles não são mais selvagens. Se os garimpeiros invadiram as terras indígenas, não deveria o cacique ter ido ao Presidente da Funai e dado notícia disso? Teria havido isso ou a Funai de lá é absolutamente indiferente? A palavra do Presidente da Funai chocou todo mundo. Ele justificou – está nos jornais, na televisão, em todo lugar – que os índios estavam defendendo as terras deles. Nesse caso, os proprietários que estão tendo as suas terras invadidas têm

o mesmo direito perante a lei. Não existe diferença nenhuma entre as nações indígenas e os proprietários de terra. A lei no Brasil é uma só. Ninguém pode invadir. Assim como não podem invadir a propriedade dos índios, não podem invadir as propriedades privadas. Está na Constituição. No entanto, o Presidente da Funai praticamente disse que os índios podem matar. Será que isso não teria sido evitado? Não quero fazer qualquer espécie de crítica ao Governador, talvez S. Ex^a não tivesse nem condições, mas não teria sido melhor a entrada da Funai ou que o Governador tivesse exigido que a Funai agisse antes do acontecimento? Porque parece que faz três anos que estão esperando. E V. Ex^a disse muito bem, Senador Valdir, os garimpeiros estão desempregados, são pessoas humildes. Eles estão também em busca do ouro. Serra Pelada era um exemplo. São milhares e milhares procurando o ganha-pão de cada dia. Então, V. Ex^a traz a este Plenário um assunto sério, grave, e, por isso, congratulo-me com V. Ex^a e coloco-me à disposição. Vamos formar um grupo de trabalho para que se encontre uma solução que regularize a questão dos garimpos, como V. Ex^a acaba de dizer. Há minérios riquíssimos em todo o território nacional, inclusive na Amazônia. Vamos regularizar essa matéria. Que o Departamento Nacional de Produção Mineral cuide de regularizar isso para empresas ou mesmo para os índios. Creio que V. Ex^a tem toda razão. Conte com o nosso apoio. Perdoe-me por tomar o seu tempo, mas parece que há uma superlotação no Presídio Urso Branco, que tem espaço para trezentos presos e tem mais de mil. Não existe a possibilidade de um novo presídio para dividir esse contingente? Eu tive esse problema no Piauí, e nós acabamos construindo mais dois ou três para evitar a superlotação, que é terrível. Desculpe-me, mas agradeço a oportunidade do aparte. Meus cumprimentos, meu apoio e minha solidariedade ao problema de seu Estado!

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Meu caro amigo, Senador Alberto Silva, V. Ex^a, com a experiência que tem de Governador por dois mandatos, Senador da República, Prefeito, com certeza, poderia contribuir muito com essa situação não só de Rondônia, mas do Brasil.

Quanto ao presídio, parece-me que o Estado de Rondônia será contemplado com um presídio federal, o que será muito bom. Hoje, o nosso presídio tem capacidade para 350 presos e tem em torno de 1,3 mil ou 1,4 mil. Quer dizer, é desumano o que está acontecendo no presídio.

Quanto à pergunta que V. Ex^a fez sobre o Governo do Estado, acredito que ele não poderia fazer muita coisa, porque, depois que ocorreu o massacre na reser-

va, ele não conseguiu, mesmo com pedido via Justiça Federal, entrar na reserva. Numa nação indígena, só se pode entrar se a Funai autorizar. Mesmo a Polícia Federal teve dificuldades, Senador Alberto Silva, para entrar na reserva. Só pôde fazê-lo depois de oito dias de ocorrido o massacre, quando já havia vários garimpeiros mortos. As últimas vítimas foram tiradas com treze dias. Então, isso aí já demonstra praticamente toda a situação que ocorreu naquela reserva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – E onde estava o Presidente da Funai nesse período?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Presidente da Funai estava em Brasília, mas havia um chefe da Funai que estava lá, parece-me que meio escondido na reserva. Não houve como a Polícia Federal entrar com maior agilidade nessa reserva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador, mas ele podia autorizar o Governador a mandar a tropa do Estado, a polícia.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – O Estado não estava autorizado, porque reserva indígena é um território neutro, e o Governador não tinha autorização para entrar lá.

Sr^{as} e Srs Senadores, tudo isso é acarretado pela falta de emprego. Hoje com muita satisfação acompanhei pela televisão e também em alguns *sites* o lançamento do gasoduto Coari-Manaus, obra orçada em US\$450 milhões.

Fico até um pouco enciumado, Presidente Augusto Botelho, porque esse empreendimento vai gerar muitos empregos em Manaus, cidade que já conta com 400 indústrias. Lá deve haver mais de 200 mil trabalhadores nessas indústrias, e agora, com essa obra, haverá a geração de mais três ou quatro mil empregos. O nosso gasoduto Urucu-Porto Velho, pelo qual estamos brigando há três anos, não sai. A luta começou no Governo Fernando Henrique, já estamos com um ano e três meses do Governo Lula, e nosso gasoduto não sai. Uma hora é a licença do Ibama; outra hora o Ibama está pronto para conceder a licença, mas o Ministério Público Federal entra na Justiça, impedindo, com liminar, a construção desse gasoduto.

Tenho aqui um cronograma da Petrobras, que diz que o gasoduto de Urucu-Porto Velho está estimado em US\$430 milhões e terá a sua construção iniciada em 2004. Preocupo-me, Sr. Presidente. Está escrito, nesta planilha, que terá início em 2004 e o término será em 2006. É isto exatamente o que está abaixo: em primeiro lugar, o gasoduto Urucu-Porto Velho, e, em segundo, o gasoduto Urucu-Manaus, que foi lançado hoje, de US\$451 milhões, previsão de início em 2004 e término em 2006. Eles estavam caminhando juntos, e agora vejo sendo lançada a construção do

gasoduto Urucu-Manaus, ficando de fora o gasoduto Urucu-Porto Velho.

Portanto, faço aqui, mais uma vez, um apelo dramático para o Governo Lula. Advogo a tese de que o Governo Federal tem que lançar obras em todos os Estados brasileiros. A iniciativa privada gera emprego e alavanca o crescimento econômico do País, mas o Governo Federal também tem que fazer a sua parte. Está correto que o Governo Lula esteja hoje em Manaus, lançando essa obra tão importante para o Estado do Amazonas e, talvez, para parte da Amazônia. Quero também que saia o gasoduto Urucu-Porto Velho, para gerar três ou quatro mil empregos; quero que saiam as usinas do rio Madeira, usinas do Giral e Santo Antônio, que vão gerar sete mil *megawatts* de energia elétrica e de vinte a trinta mil empregos. Tenho certeza de que isso resolveria o problema dos garimpeiros desempregados e de muitos presos que estão hoje no Urso Branco, em Porto Velho, que, no desespero do desemprego, assaltaram uma casa ou cometeram, de repente, um latrocínio para sustentar. Nenhum delito é justo, mas o desespero, muitas vezes, pode levar a esse ponto.

Faço, mais uma vez, o apelo para que, além das obras do gasoduto e das usinas de Giral e Santo Antônio, que o Banco da Amazônia, que as agências de crédito, o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, liberem mais crédito para Rondônia, para o nosso povo, para os nossos produtores rurais, para as nossas indústrias, para o nosso comércio. Apelo também para as agências de desenvolvimento, a Suframa e a Sudam. Peço à Suframa que libere os 500 milhões que tem em caixa, contingenciados hoje para Rondônia, Raraima, Acre e o Estado do Amazonas; peço que a Sudam volte a funcionar. Eu me preocupo, Sr. Presidente José Sarney, com o fato de que, sempre que se extingue um órgão para criar outro, a tendência é ficar dois ou três anos sem esse órgão funcionar. Acabaram com a Sudam ainda no Governo passado para criar outro órgão. O Governo passado não conseguiu, e o atual também não conseguiu ainda implantar a nova Sudam, ou ADA, para investir na Amazônia.

É esse o apelo que faço aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao nosso Presidente da República.

Eu não seria tão irresponsável a ponto de, neste momento, culpar somente o Governo atual. Esse é um problema de décadas, talvez de séculos, que o nosso País vem atravessando. Não seria agora, no início do mandato de um Presidente, que todas as questões seriam resolvidas, que o desemprego e a violência no País iriam acabar.

É necessário um esforço muito grande, concentrado, e a compreensão de todos os Partidos políticos, de todas as Bancadas e Governadores para que juntos possamos fazer este País crescer para gerar empregos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu hoje havia me programado para falar sobre um tema muito importante para o Brasil, que é a aviação regional no País, notadamente para a Amazônia, que depende muito desse tipo de aviação para ter contato com as suas diversas localidades, muito distantes uma da outra.

Mas resolvi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, abordar o tema que está, digamos assim, traumatizando o País hoje de maneira muito intensa, tema inclusive abordado pelo Senador Valdir Raupp. Trata-se do massacre, da chacina de garimpeiros na reserva cinta-larga, em Rondônia.

Eu quero aqui fazer uma análise, Sr. Presidente, de maneira abrangente, da questão indígena no País. O Senado criou uma comissão temporária externa inicialmente para ir a Roraima estudar o conflito da terra indígena Raposa Serra do Sol e também discutir os outros problemas fundiários do Estado – apesar de ter sido transformado em Estado pela Constituinte de 1988, até hoje as terras do então Território de Roraima não foram de fato transferidas para o novo Estado de Roraima.

A União detém 88% das terras no meu Estado, ou seja, sobram 12%. Ainda assim, esses 12% não estão regulamentados. Desse total, o Estado tem mais de 50% da sua área destinada a terras indígenas. E a nossa comissão foi a Roraima. Depois, requereu-se que ela fosse também a Mato Grosso do Sul, em função do conflito surgido com a invasão dos índios guaranis numa região em que pequenas fazendas, cerca de quatorze, foram invadidas pelos índios, que queimaram as propriedades, expulsaram os proprietários das suas propriedades e passaram a ocupá-las. Depois, fomos a Santa Catarina, onde os índios invadiram uma área e assassinaram o Presidente do Sindicato Rural dos Produtores daquele Estado. Já estivemos, portanto, em Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina. Há um requerimento do Senador Jonas Pinheiro

para que possamos ir a Mato Grosso, onde as coisas estão também se aproximando de um conflito que pode gerar conseqüências danosas para o País e para o Estado. Infelizmente, tivemos o caso de Rondônia, que surgiu de maneira muito mais intensa ainda e que é um exemplo daquilo em que se podem transformar, nos Estados, as diversas questões de propriedade de terras indígenas e não-indígenas.

Há um verdadeiro conflito federativo. É um absurdo, por exemplo, que uma terra indígena transforme-se praticamente em uma terra que não pertence ao País, que não é administrada, portanto, pelo Governo Federal. E se cria uma autoridade estranha, como essa do Presidente da Funai, que tem o direito de dizer quem pode e quem não pode entrar numa terra indígena. Tanto é que já assimilamos o cacoete de dizer que existem nações indígenas no País, quando, na verdade, há comunidades indígenas, tribos indígenas. Não existem nações indígenas; o que existe é Nação brasileira, que é composta por diversas etnias, das quais a mais importante, porque foi a primeira, é realmente a etnia indígena.

Mas o que me surpreende, como Presidente da Comissão Externa do Senado que está estudando esse caso, é o comportamento que tem tido o Presidente da Funai e até o Ministro da Justiça. No caso específico de Rondônia, a imprensa está reproduzindo as palavras do Ministro da Justiça e do Presidente da Funai, declarando que a Funai e o Ministério da Justiça sabiam que a crise estava por explodir. Mesmo assim, no ano passado, a Polícia Federal saiu de lá, deixando o campo aberto para que o conflito se instalasse. E saiu de lá por quê? Por que não quis ficar lá a Polícia Federal? Não! Foi por falta de condições de lá permanecer. A Polícia Federal hoje está sucateada, tanto no que tange a pessoal e recursos, quanto no que tange a equipamentos. E realmente, levando em consideração as missões que estão afetadas a Polícia Federal, é muito difícil que ela dê conta de proteger uma reserva mineral importante, como é a reserva de diamantes da terra indígena Cinta-Larga. E não há como achar – como disse o Senador Valdir Raupp – que pessoas que estão desempregadas e vendo sua família passar fome não vão atrás de diamantes para encontrar uma maneira de sobreviver. Isso é tratar a questão com hipocrisia.

E o mais grave é que, se o Ministro sabia que isso podia acontecer e não tomou nenhuma providência, ele é responsável pelas conseqüências. Se não ocorreu durante a sua gestão, transcorreu durante a gestão dos ministros que estão aí. Eu creio que ocorreu na gestão do atual Ministro. E mais grave ainda foi a declaração do Presidente da Funai, já comentada

pelo Senador Alberto Silva, justificando os índios: os índios podem matar para defender o que dizem que são suas terras.

Na verdade todos nós sabemos que a Terra Indígena é terra da União, do Governo Federal, para usufruto dos índios. Então, na verdade, eles têm apenas o usufruto das riquezas do solo. Aliás, o subsolo, onde estão os diamantes, pertence à União; não pertence aos índios. Aliás, não pertence a nenhum tipo de pessoa, nem índio nem não-índio. Ele pertence à União, que poderá permitir sua lavra mediante o processo legal pertinente.

E aqui é importante ressaltar e reprimir o que foi dito pelo Senador Valdir Raupp sobre nós termos que tratar a questão com seriedade. “Nós”?! Eu me excluo desses, pois tenho aqui, como muitos Senadores, batido na tecla de que é preciso tratar a questão indígena no País com seriedade, com nacionalismo, buscando realmente tornar esse um tema da política brasileira. Mas não; foi delegado a Organizações Não-Governamentais o comando da política indígena do País. E o que temos hoje é esse, realmente, caos que está aí.

A Comissão do Senado aprovou uma nota de repúdio às declarações do Presidente da Funai, porque não podemos fazer de conta que não vimos ou que não ouvimos o que S.S^a disse e tem repetido, justificando o ocorrido. Um agente público, o funcionário federal responsável por esse setor que diz isso está autorizando qualquer índio, a partir de agora, a matar qualquer cidadão que, por acaso, adentre uma reserva indígena, sabendo ou não sabendo. Os índios estão autorizados, pelo Presidente da Funai, a matar. E eu pergunto: onde está o Ministério Público, que não responsabiliza um agente federal que faz esse tipo de afirmação?

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Onde está o Ministro da Justiça, que não pune esse seu subalterno? No mínimo, o Presidente Lula está muito mal assessorado nesse particular. E é preciso tomarmos uma posição pois representamos os Estados, somos responsáveis pelo equilíbrio da Federação, e não podemos deixar que esses conflitos, que são federativos, passem ao léu e fiquem ao encargo e ao bel-prazer da interpretação do Sr. Presidente da Funai, que aliás, se fosse este um regime parlamentarista, teria que cair imediatamente por uma decisão desta Casa ou talvez tivesse que cair todo o Gabinete.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, com muito prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, a declaração do Presidente da Funai é de tal sorte irresponsável que ensejou – gra-

ças a Deus em tom de ironia – que o Presidente da UDR – União Democrática Ruralista, dissesse que talvez fosse essa a receita para lidarem com os invasores de suas terras. Ela é uma incitação à violência, chamamento à discórdia, proposta de desordem e desobediência civil. Entendo que caberia uma atitude muito firme do Governo imediatamente cobrando o cargo, ou seja, demitindo o Presidente da Funai. E aqui fala alguém que tem todo um passado de defesa da causa indígena. Entendo que os índios da minha região são parceiros na exploração da biodiversidade e que o mateiro, aquele que domina o segredo da entrada e saída da mata, é tão importante quanto o grande cientista com PHD, que não chega à biodiversidade sem o mateiro. O mateiro tem uma cultura que não é formal, mas é tão culto quanto o cientista PhD. Então, a idéia de explorar aquela região de maneira racional e sustentável prevê, a meu ver, um espaço nobre para o mateiro, para o índio, para o ribeirinho, porque eles conhecem – e muito – o segredo daquela natureza. Então, longe de mim qualquer preconceito; ao contrário, tenho muito orgulho de ter convicção de que corre sangue indígena nas minhas veias. Apenas entendo que é preciso racionalidade nesse processo. V. Ex^a tem muita razão quando reclama de exageros que impedem o desenvolvimento do seu Estado. Por outro lado, estarecidos, contemplamos tentativas de justificação dessa barbárie acontecida em Rondônia. O Ministro da Justiça, numa hora não muito feliz, chegou a dizer algo sobre as atividades dos garimpeiros serem ilícitas. Entretanto, não há pena de morte no Brasil. Mesmo se houvesse, não poderia ser aplicada por qualquer um. Se houvesse pena de morte no Brasil, a corte definida como competente para tal aplicaria ou não a pena de morte, como acontece nos Estados Unidos. Ela não seria aplicada por quem invadisse a terra dos outros. Se invadirem a minha terra, chamo a polícia, recorro à Justiça, peço reintegração de posse. Vou matar as pessoas? Sob que justificativa? O que me dá o direito de agir com violência? Estamos, então, eliminando o império da lei? Estamos rasgando a Constituição brasileira? Estamos abrindo espaço, portas e janelas, para a lei dos mais fortes, sabendo que os perdedores, inevitavelmente, seriam os índios? Se se instala a lei do mais forte no País, os perdedores serão as tribos indígenas, por estarem menos aparelhadas e menos preparadas para esse tipo de confronto. O Brasil precisa resolver mesmo se vai manter seu foro de civilização, respeitando a Constituição e procurando aperfeiçoar suas leis, ou se vai rasgar as leis e instaurar aqui a regra do mais forte, a regra da selva. Estou preocupado com a situação. Entendo que a permanência desse cidadão na Funai revela uma fal-

ta de pulso e, ao mesmo tempo, quase uma cumplicidade com a violência que se instalou naquela região. Não consigo imaginar que ele faça algo de bom para os índios com uma visão tão sectária a respeito da sociedade envolvente. O Presidente da Funai fica sendo visto como um sectário, o que o leva ao isolamento e ao desgaste ao exercer um cargo difícil e que quase sempre queima as pessoas que o têm ocupado. Não estou estarecido com a tolice que ele disse, mas com a complacência que estão tendo com quem falou algo tão aberrante e tão cruel. Obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a o aparte e tenho o prazer de conceder um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, atentamente estou ouvindo, como todo o País, suas preocupações sobre o problema indígena. Ao longo da história, orgulhamo-nos da participação dos índios na formação da nossa civilização. E muitos se dedicaram à nação indígena, como Rondon, Darcy Ribeiro, Padre José de Anchieta, os jesuítas. Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a já nos tinha conquistado como médico – colega de profissão que faz da ciência médica a mais humana das ciências e do médico um benfeitor da humanidade –, e como líder maçônico, seguindo o exemplo de Gonçalves Ledo, um dos líderes maçônicos que ajudaram na Independência. Neste momento, quero dar o meu testemunho de que esta Casa deve ser entendida pelo Planalto como Moisés, que, no momento de dificuldade, queria largar tudo, desertar da sua missão de libertar seu povo, e ouviu a voz de Deus que dizia: “Moisés, busque os mais experimentados, aqueles mais velhos, eles o ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Disso nasceu a idéia de Senado. Era o que o Planalto devia ouvir e buscar. Aqui, ninguém mais do que V. Ex^a tem mostrado conhecimento, discernimento e vontade de resolver o problema. Sabemos que quase a metade do seu Estado é reserva indígena e está entregue às ONGs e aos americanos.

Recebi uma denúncia, Senador Mozarildo Cavalcanti, de uma professora universitária que fazia um curso, de que às seis horas da tarde os índios interditam as estradas, de forma que os brasileiros, e ela que estava a serviço da ciência e da educação, não podiam transitar, mas os americanos podiam. Eles abrem aos americanos porque estão sendo financiados.

Então, penso que seria um feliz momento para que o Ministro da Justiça, que não entende de índio – eu também não entendo, porque, no Piauí, o Domingos Jorge Velho matou todos, e que não apareçam outros Domingos Jorge Velho –, o Presidente Lula e o núcleo

duro do Governo tenha momentos de inteligência e convidem V. Ex^a para pacificar e trazer melhores dias para os nossos irmãos índios.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa. Quero dizer, tanto a V. Ex^a quanto ao Senador Arthur Virgílio, que realmente me preocupo muito e tenho me dedicado a estudar, a analisar esta situação, mas não consigo entender como o problema vem se arrastando há tantos anos.

Temos 320 mil índios no Brasil, e mesmo que tivéssemos um milhão ou até mais, o Governo brasileiro não tem capacidade de equacionar e resolver a questão, que não é só de demarcar terras. Se fosse somente isso, estaria resolvido o problema.

Temos 0,2% da nossa população composta de índios, mas 12% do território nacional são considerados terras indígenas, e os conflitos não têm sido resolvidos. O que se tem que resolver são todas as questões que envolvem o cidadão, o ser humano índio que, como qualquer outro brasileiro, sofre as conseqüências da fome. É ilusão pensar que, porque o índio está com muitas terras, no meio da mata, onde tem sua casa, não passa necessidade. Ele passa muita fome, não tem assistência de saúde e educação adequadas.

No entanto, poderíamos não só resolver os problemas dos índios como também os maiores problemas do País se explorássemos racional e adequadamente as riquezas existentes nas terras indígenas.

Concedo o aparte ao Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador

Mozarildo Cavalcanti, o Senador Mão Santa levantou uma questão, e eu faço minhas as palavras dele no sentido de que V. Ex^a tem demonstrado que entende de toda essa problemática indígena na região da qual é representante nesta Casa. Se são terras brasileiras e os índios são brasileiros, por que querem transformá-los em nação. Como nação indígena? Eles são nossos irmãos, são brasileiros como nós, têm a sua etnia, têm os seus princípios, mas é como se fosse uma religião. A Constituição brasileira acata todas as religiões e acatará também todas as culturas indígenas, como não? Eu até entenderia que poderiam fazer parte de um Estado indígena, com governadores indígenas, e poderíamos estudar isso aqui. Não sei se seria uma aberração, creio que não. A terra é da União. Os minerais são da União. Então, o território brasileiro não tem que ser dividido para que se tenha uma nação. O Senador Mão Santa acaba de dizer que, às seis horas da tarde, fecham a fronteira como se fosse outra nação. E estamos no Brasil. V. Ex^a tem toda razão, Senador Mozarildo! Eles passam fome, eles têm dificuldades, são pobres! Então, por que não constituir

um Estado, um novo Estado, Estados indígenas com governador? E seriam alfabetizados na cultura deles, que é milenar. Quando os portugueses chegaram, eles já estavam aqui. Não podemos dar assistência de saúde a eles? Índios morrem por falta de assistência. Eles vêm aqui pedir socorro ao pai grande. Quantas vezes vimos isso? Nós, desta Casa, poderíamos fazer alguma coisa, Senador Mozarildo Cavalcanti, e V. Ex^a poderia capitanear isso como entendedor que é. Por que a Funai não se transforma num ministério, para poder ter **status** de ministério e convocar um homem como V. Ex^a para dirigir esse ministério? Teríamos, com toda a certeza, o homem mais adequado e mais conhecedor do assunto, para ajudar o Governo Lula a resolver a questão. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Agradeço imensamente o aparte de V. Ex^a.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento, obedecendo ao tempo regimental de que disponho, dizendo duas coisas. Em primeiro lugar, faço um apelo ao Presidente da República a fim de que substitua o Presidente da Funai. Que coloque em seu lugar um homem com isenção e equilíbrio, que tenha a capacidade de dialogar e de conduzir adequadamente um órgão tão importante como aquele. Aliás, estranho muito que até hoje a Funai, órgão destinado a entender e a defender os índios, nunca tenha sido presidida por um índio. Há índios capazes, com curso superior, até com mestrado. Ao mesmo tempo, conclamo esta Casa a, tão logo se encerre o trabalho da Comissão Externa Temporária do Senado que cuida da questão nos cinco Estados que mencionei – Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Rondônia –, instalar a CPI das Terras Indígenas. Já se encontra na Mesa requerimento com a assinatura de 53 Senadores. A CPI precisa abrir a caixa-preta da política indigenista do País e saber exatamente o que se passou, o que está se passando e o que se pretende fazer com relação às terras indígenas e à política indigenista no País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra, como Líder, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejo o Governo Lula paralisado, percebo indefinição microeconômica e, portanto, uma brutal dificuldade em atrair investimentos de longo prazo para o País, que não tem condições de crescer 5% ao ano, durante três anos, sem despertar a inflação.

Vejo um quadro que beira a desobediência civil e, ainda por cima, o Governo se divide em debate e cuja oposição não deva manter-se mais apartada. Portanto, talvez eu surpreenda a Casa, Sr. Presidente, e a quem esteja a me ouvir porque venho aqui dizer que considero um desserviço ao País essa discussão sobre aumento de meta de inflação. Afinal, se há algo de bom que o Governo fez foi ter vencido as dificuldades do início da sua gestão e ter estabelecido uma retomada do controle da inflação. E o Governo ganhou credibilidade, os títulos brasileiros se valorizaram. Não localizo na equipe econômica dirigida pelo Ministro Palocci a raiz das dificuldades do Governo, que, a meu ver, estão na inércia dos seus gestores, na dificuldade que o Presidente tem para optar de maneira firme pelo melhor caminho para o Brasil. Não vejo que esteja na equipe econômica o pior, sinceramente não vejo.

Entro nessa discussão. E, semana que vem, com certeza, teremos momentos para travar esse debate. Proponho, de antemão, esse debate. E digo que, em primeiro lugar, em 2003, o Governo entra e altera as metas de inflação para cima. Se isso tivesse que gerar crescimento, o Governo não teria tido crescimento negativo de 0,2%. Dizem que, se a preocupação da equipe econômica tiver que ser com uma meta mais frouxa de inflação, isso propiciaria mais folga para se baixarem os juros, e não é verdade. Descontrole inflacionário – e a inflação é um mau a ser combatido, não a ser tolerado – leva, no máximo, a médio prazo, a taxas de juros maiores e, portanto, a menor crescimento econômico.

Usarei o argumento inverso. Se a inflação cai, se é de 3% ao ano, não há como tolerar uma taxa Selic de 16%, nem de 13%, porque ainda assim significaria juros reais de 10%.

Assim, a fórmula de se ter, longo prazo adentro, uma perspectiva de crescimento econômico que se sustente, deve estar assentada em inflação baixa, aumento da poupança, portanto, atração de investimentos duradouros, e, sem dúvida alguma, em investimentos na infra-estrutura brasileira, que está a carecer de investimentos maiores.

Outro argumento: haveria incompatibilidade entre inflação baixa e crescimento? Ou será que há incompatibilidade entre inflação alta e crescimento? Por outro lado, quando o Governo já tem a sua frente

um horizonte inflacionário de 6% para os próximos 12 meses, ele, que tem a folga, Senador Cristovam Buarque, uma meta de 5,5%, não precisa se limitar ao coração dessa meta.

Sr. Presidente, se possível, gostaria de conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pois não, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ouço V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Arthur Virgílio, imaginava apartear V. Ex^a mais adiante, mas já deu para perceber a sua linha de raciocínio. Inicialmente, devo dizer que fico satisfeito em ver um Líder da Oposição tratar deste tema com essa posição. Estou totalmente de acordo com V. Ex^a quanto ao risco de simplesmente se levantar a hipótese de aumentar a meta inflacionária. Nem deveria haver meta para a inflação. A meta deveria ser zero. A estimativa poderia ser de 3%, 4%, 5%. A inflação é como a febre. A meta deve ser a temperatura normal. A estimativa do médico deve ser que esse aumento não aconteça de imediato. É um equívoco estarmos levantando a possibilidade de meta, ainda mais de aumento de metas. Em um país de cultura inflacionária como o Brasil, já deve haver comerciante remarcando preços, sindicatos pensando em fazer greve para aumentar salários e atingir os 5% da nova meta. Se a meta é 5%, a inflação poderá chegar a 7%, 8%, 9%. Inflação é como represa, se fizermos um buraco, mesmo pequeno, arrebenta. Isso é grave. Fico feliz de ver que Governo e Oposição, nesse ponto, estão de acordo. Este País deve se deter em duas premissas, das quais não podemos abrir mão: a democracia e a estabilidade monetária.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a abrilhanta e complementa o meu rápido pronunciamento. Literalmente, incorporo o seu raciocínio, porque ele fortalece o que vinha tentando esboçar.

Encerro, Sr. Presidente, afirmando que o Presidente da República tem um horizonte de inflação de 6% ao ano diante de si. Isso significa o cumprimento da meta: 5,5% e 2,5% de tolerância, o que totaliza 8%. Manter essa meta significa abrir a possibilidade de 8%, no próximo ano? Ou será melhor, para o próximo ano, 4,5% como coração da meta, com 2,5% para baixo – o que é impossível – e 2,5% para cima, 7%? Se tenho o horizonte, Senador Geraldo Mesquita, de 6% a minha frente, como abro a possibilidade de, no próximo ano, ser 7% ou 8%?

Cito como exemplo a pujante economia norteamericana, onde a inflação é baixa, entre as mais

baixas do mundo, e o crescimento é o mais vigoroso e sustentável de todas as economias do mundo, acrescentando, a cada dia, mais riquezas àquele cabedal já fantástico de riquezas que soube amealhar para seus habitantes.

Portanto, Sr. Presidente, tive a preocupação de trazer essa contribuição, quando poderia fazer um discurso repetitivo, mostrando as contradições do Governo em outro campo, pois não falta matéria, não falta assunto para criticar um governo que, a meu ver, vem sendo inoperante na sua administração. Mas devo dar a contribuição de quem ama este País, de quem não perdeu a noção da responsabilidade só porque foi para a oposição. Não confundamos oposição dura com oposição irresponsável, aquela que sofríamos quando dirigimos o País. Oposição dura pode e deve ser perfeitamente responsável.

Entendo que esse assunto atrai perda de credibilidade para o Governo e não resolverá um só problema atualmente vividos pelo Presidente Lula, apenas arrisca criar problemas e arruinar um segmento que é visto com respeito de fora para dentro do País.

Hoje a Ordem dos Advogados do Brasil divulgou a idéia, que me pareceu estranha ou, no mínimo, esdrúxula, de fazer auditoria da dívida externa. A meu ver, o Governo falará sobre isso com vigor, mas não sei se tem fôlego para tanta novidade, para tanto desafio em relação ao exterior. Não sei se este Governo pode continuar imaginando que a sua ambigüidade vai levá-lo a bom porto.

Faço o vaticínio de que dificilmente o Governo terminará o seu mandato com os Ministros Furlan e Marina; dificilmente terminará o mandato com os Ministros Miguel Rossetto e o Ministro Roberto Rodrigues. O Governo terá de optar por um ou por outra, por um ou por outro.

Não estou aqui criticando nem elogiando nenhum dos quatro. Estou dizendo apenas que essas pessoas não se misturam no mesmo Governo, levando para um consenso, para um fim comum.

Fica aqui a minha contribuição. Quero esse debate. Lamento a ausência do Líder Aloizio Mercadante, que sei que está cumprindo seu mandato parlamentar em reuniões no seu Estado – certifiquei-me disso –, mas já proponho que retomemos esse tema, porque vejo S. Ex^a muito patrioticamente, como sempre, e com entusiasmo, defender tese contrária a minha. Temos que debater para valer porque, a meu ver, esse assunto não serve aos interesses do País – e o meu problema não é quanto a servir aos interesses do Governo, que, penso, não servem. Portanto, devemos trazer possibilidades de mexer nas metas de inflação. Não há necessidade. Quatro e meio por cento para o

ano que vem com mais 2,5% de tolerância dão 7%, o que é mais inflação tolerável dentro da meta ajustada do que aquela que o horizonte de 12 meses já aponta. Ora, se posso ter menos inflação, vou ter mais inflação? Vou abrir espaço para algo que depois pode tornar-se incontrolável, criando todos os problemas que já vimos no País?

Encerro meu discurso lembrando o disse o Senador Cristovam Buarque: “nenhum país resolveu a questão da inflação”. Os países têm como meta a estabilidade. E os países estáveis têm como meta a conquista da democracia. Não podemos brincar com inflação.

Roberto Campos dizia muito bem que não existe meia-vidgindade, meia-febre, um pouquinho de febre, febre pequena, que é a mesma todo dia. Uma temperatura não é a mesma a vida toda; ela aumenta e termina matando mesmo.

Neste momento, é fundamental que tenhamos bastante siso para perceber que alguns limites têm de ser estabelecidos. Para mim, um deles é intocável: o limite do respeito à responsabilidade fiscal. Esse é o limite. Dentro dele, topo qualquer coisa. Por ser essencial, sem ele, não adianta vencer a próxima eleição, simplesmente porque não terei País para governar.

Espero que o meu Partido chegue legitimamente ao poder, pelo voto, mas não sobre destroços, em cima de uma Nação arruinada, perdida ou sem rumo. Ao contrário, volto a refazer os meus votos de que o Presidente Lula encontre o melhor caminho para o seu governo de modo a cumprir os seus compromissos de campanha e a não dar para trás em algumas conquistas inerentes à consciência do povo brasileiro como a estabilidade econômica, um passo de civilização que não admite retrocesso sob nenhuma hipótese.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, que falará por cessão do nobre Senador Paulo Paim. Em seguida, ouviremos a nobre Senadora Ideli Salvatti e os nobres Senadores Valmir Amaral e Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ouvir o Senador Arthur Virgílio dizer aqui que oposição responsável é a que pode trazer uma contribuição para a estabilidade do País, quer do ponto de vista econômico, quer do social.

Não sou especialista, mas já governei o meu Estado por duas vezes e sei o que significa gerir recursos.

S. Ex^a acaba de dizer algo que nós todos devemos encampar: “Não se mexe na economia de um país sem se ter certeza do que vai acontecer”. O Senador Arthur Virgílio acabou de dizer que, se temos certeza de que não haverá alta na inflação neste ano, por que vamos arriscar? Neste caso, temos que trazer contribuição e S. Ex^a acaba de fazê-lo como Oposição, mas é o Governo que deve ter cuidado em mexer nisso, porque é uma faca de dois gumes. Pode acontecer que, depois, não seja mais possível controlar a situação. É a observação que faço da intervenção do Senador Arthur Virgílio, quando diz: “Oposição responsável que traz contribuição, e não apenas crítica”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a insistir neste instante em um assunto que considero da maior importância para o nosso País. O Presidente da República está tenso com tudo o que está acontecendo no Brasil. Ele deseja cumprir o que prometeu: geração de emprego, estabilidade econômica, melhora salarial, duplicação do poder de compra do povo brasileiro. Entretanto, as coisas não estão ocorrendo como ele deseja, e nós, que fazemos parte da base de sustentação do Governo, temos a obrigação de contribuir com o Governo.

Neste momento, falo com a experiência vivida não somente no campo político – creio que sou o Senador mais antigo desta Casa, já estou no segundo mandato. Mas não me refiro ao número de mandatos, mas em idade. Já passei pela Câmara dos Deputados e estou no Senado outra vez. Eu e o Senador Mão Santa, pelo Piauí, temos experiência vivida de administrar. O Piauí é uma pequena nação dentro da nação e apresenta os mesmos problemas: educação, saúde, segurança, lazer. O que devemos fazer neste instante? Qual o quadro brasileiro? O desemprego é muito grande. O dinheiro da Nação está preso por causa dos compromissos internacionais. É preciso garantir aquele mínimo exigido pelo FMI, e, então, o Governo começa a cortar recursos que poderiam ser investidos para o desenvolvimento do Brasil.

Neste momento crítico, o mais perigoso é retirar dinheiro que está destinado, por exemplo, à construção de novos presídios. O episódio de Rondônia, por exemplo, foi trágico. O presídio de Urso Branco tem capacidade para 300 detentos, mas conta atualmente com 1.200, que se revoltaram com a superlotação. Foi uma cena dantesca, nunca vista no Brasil. Cortar a cabeça e jogar corpos do telhado do presídio é algo inaceitável. Nunca aconteceu isso! Nunca!

O episódio de Carandiru foi também terrível para o País e deixou uma imagem tremendamente negativa do Brasil. E agora essa outra situação ocorreu porque não há espaço suficiente para abrigar todos os detentos

no presídio. Pelo amor de Deus! Quantas penitenciárias construímos no Piauí, uma das quais talvez seja uma das melhores do Brasil! Construí uma que tem espaço para abrigar um preso em cada cela. Não se misturava ninguém, nem homem, nem mulher, e é de segurança máxima, sim. Fiz aquela unidade com a capacidade para o dobro de presos. Até hoje, as vagas não foram totalmente preenchidas. Isso é tão simples. É uma decisão política. O que custa fazer um presídio à altura das necessidades do presidiário? Afinal, ele não é uma fera, mas torna-se fera dentro de um cubículo com 20 pessoas, sem dúvida nenhuma. Isso é apenas uma observação.

Eu queria dizer, então, outra coisa. Já me referi ao assunto várias vezes aqui, mas vou ser repetitivo. Vejo e acompanho pelos jornais que o Governo está interessado em encontrar uma saída para o desemprego. Está autorizando as Forças Armadas a recrutar 30 mil pessoas para servir no Exército. Uma outra fonte do Governo menciona que serão contratados um milhão de operários para trabalhar na reconstrução das estradas. Minha gente, falta alguém dar um conselho, levar experiência. Trago aqui uma contribuição de experiência própria, dirigida ao Governo do Presidente Lula, ao Ministro José Dirceu, com quem tive oportunidade de conversar em algumas ocasiões. Sei que o Ministro é competente e toma ações decisivas. Ele tem em cima de sua mesa uma proposta que nós fizemos – cada um dos Srs. Senadores do meu partido tem um exemplar. Eu propus que se crie uma câmara de gestão para consertar os 32 mil quilômetros de estradas federais brasileiras destruídas. Por que uma câmara de gestão? Porque é uma calamidade a situação das estradas.

Na época do apagão, a câmara de gestão do setor elétrico foi criada graças ao gênio do nosso Ministro Pedro Parente, que conheço muito bem, é descendente de piauienses, vem do Ipea e é muito competente. Ele foi quem imaginou a câmara de gestão como um núcleo dirigido pelo chefe da Casa Civil. Resolveu-se, dessa forma, o problema do apagão. Do contrário, seria o caos com a falta de energia. No momento, considero o problema das estradas mais grave ainda, porque a economia do País gira nas rodovias. Dependemos de eletricidade, claro, mas dependemos também das estradas, porque o Brasil optou pelo rodoviarismo.

Há 1,8 milhão de carretas transportando 90% da riqueza brasileira. Então, em cima de estradas esburacadas, em todos os Estados, qual é a providência? Contratar pessoas para consertar essas estradas, para tapar buracos? Esse não é o caminho. O problema é simples. Pelo amor de Deus! Presidente Lula, se nos permite Vossa Excelência, iremos aí para fazer uma

exposição, juntamente com alguns companheiros aqui do Senado. Podemos ir aí mostrar a Vossa Excelência como se cria um milhão de empregos. Criaremos um milhão de empregos se criarmos uma câmara de gestão e 120 empresas brasileiras de engenharia entrarem, construindo essas estradas a preço já determinado. Estudamos esse preço de comum acordo com o valor nacional. Para se trocar todo o asfalto de uma estrada – não é nada de tapar buraco – e tratar da base, são necessários R\$150 mil por quilômetro. É esse o preço para consertar-se a base e fazer um novo asfalto. Não é tapar buraco. E, com R\$100 mil, troca-se um asfalto velho por um asfalto novo, por cima da base que ainda está absolutamente aproveitável.

Isso foi medido. Temos esses números e podemos dizer, com toda segurança, que precisamos retirar o asfalto e colocar outro em 25 mil quilômetros de estrada; em 7 mil quilômetros, precisamos retirar o asfalto e consertar a base. Somando tudo isso, gastaremos R\$4,8 bilhões, e o conserto poderá ser feito em 36 meses, gastando-se R\$1,6 bilhão por ano.

O Ministério dos Transportes não tem estrutura para tal empreendimento. Eu conheço o Ministério dos Transportes, pois fui Governador duas vezes e fiz 4 mil quilômetros de estradas no meu Estado, sei como fazer. Tive entendimentos com o Ministério dos Transportes, com o antigo DNER, que não tem estrutura para levar a cabo um empreendimento desse porte, porque a própria estrutura burocrática do Ministério não permite que tenha uma ação pronta, rápida e imediata, com a autoridade que uma câmara de gestão dá ao grupo gestor.

Assim, fico preocupado quando vejo uma proposta do Ministro dos Transportes ao Presidente da República, conforme divulgado no **Jornal do Brasil** – se não me engano –, pedindo R\$2 bilhões para consertar 13 mil quilômetros de estrada; 80% desses recursos, segundo proposta do Ministro, são para tapar buracos em 10 mil quilômetros. Com R\$1,6 bilhão, é possível fazer 10 mil quilômetros de estradas novas, e não tapar buracos. Contudo, a organização burocrática do Ministério, o Dnit, não permite que assim se faça. Não tenho nada contra o que está estabelecido lá. Mas, quando ocorrer uma catástrofe, o Governo decreta a calamidade, como no caso do apagão, cria a câmara de gestão, manda uma medida provisória para cá, e nós a aprovamos. Imediatamente se tem 120 empresas de engenharia com suas máquinas paradas, e, aí, quando elas entrarem, no mesmo dia, em todos os Estados, para consertar as estradas quebradas, vão gerar um milhão de empregos diretos na mesma hora. Não temos dúvida alguma disso. Não precisa contratar ninguém. As próprias empresas de engenharia têm necessidade

de colocar os trabalhadores nas estradas. Já fizemos os cálculos. Serão gerados imediatamente um milhão de empregos por essas 120 empresas para consertar 32 mil quilômetros de estrada no País.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, desde o dia 20 de abril, terça-feira passada, eu queria fazer um aparte ao seu pronunciamento, quando V. Ex^a dissertava sobre a problemática das estradas com muita propriedade e conhecimento. Buscando exemplos, Sr. Presidente Senador Eduardo Siqueira Campos, seu pai é um exemplo, porque criou um Estado. Juscelino Kubitschek, de quem ontem muito nos lembramos, é outro exemplo. O Senador Alberto Silva é um homem dessa estirpe, de quem quero dar um testemunho. Eu o vi prefeito de minha cidade em 1948; eu também fui prefeito, mas nem eu, nem outro fizemos o que o Senador Alberto Silva realizou em pouco tempo.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Depois, V. Ex^a governou o Estado. Atentem bem para o Piauí. Todos conhecemos o mapa do Brasil. O Piauí é diferente, é comprido. Naquela época, nos anos 70, eu fazia campanha contra V. Ex^a, porque V. Ex^a era Governador da revolução. E foram bênçãos da revolução: Reis Veloso, sendo a luz, e Alberto Silva, no Piauí. Senador Eduardo Siqueira Campos, o Senador Alberto Silva colocou asfalto do mar à Bahia. É grande o percurso, mas ele colocou, e os outros consertaram. Ouço muito a voz rouca das ruas. Em 1994, fui candidato a Governador pelo PMDB e vi, na cidade de Guadalupe, no meio da chuva, um rapaz gritou a respeito de Alberto Silva: “rei das estradas”. Portanto, o Senador Alberto Silva tem a experiência que o povo agradece. O nosso PMDB está errado. Em vez de buscarmos cargos e vagas, deveríamos nos unir para apoiar esse projeto do Senador Alberto Silva. Quando fui Governador, o Brasil passou pelo apagão, um dos piores dramas deste País que foi solucionado pela Câmara de Gestão. Quero testemunhar que a proposta do Senador Alberto Silva, com sua experiência, é real e visível para resolver o problema do Brasil, que está entrando no “paradão”. As estradas estão todas esburacadas. Criar-se-ia o PMDB. Assim, Ulysses Guimarães voltaria a sorrir, e nós resolveríamos essa questão, acabando também com o desemprego porque a construção civil poderá propiciar empregos e solucionar esse problema. Senador Alberto Silva, o Presidente Lula é um privilegiado. Sua Excelência não precisa buscar exemplos em outros países. Não é história, não. Os exemplos estão em Brasília: Juscelino Kubitschek, José Wilson

Siqueira Campos e Alberto Silva; homens que realizaram. A campanha do Senador Alberto Silva no Piauí é a seguinte: “Alberto Silva faz”. E o povo o elegerá ao Senado tantas vezes quanto S. Ex^a quiser. É uma fonte de inspiração. É o que o PMDB tem que dar, é o que fará sorrir Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela, Tancredo Neves; este PMDB que quer ajudar o País, e que V. Ex^a representa com a sua experiência e as suas realizações no Piauí e no Brasil.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Obrigada pelas suas palavras, Senador Mão Santa, sempre generosas a meu respeito.

Esse é um caminho, e espero que o Presidente reflita sobre nossa proposta. Repito, para que não haja dúvidas, temos uma obrigação; estamos dando uma contribuição e não podemos aceitar que se gastem dois bilhões de reais do Ministério dos Transportes, que tem tanto a fazer com esse dinheiro – os portos, as hidrovias, entre tantas outras aplicações que ele precisa fazer com o seu orçamento reduzido, de dois bilhões. Mas usemos uma parte do Ministério dos Transportes e uma parte da Cide – a Câmara de Gestão tem poderes para fazer isso – e apliquemos R\$1,6 bilhão no primeiro ano, com o que faremos 10 mil quilômetros de estradas novas; no lugar das esburacadas, surgirão estradas novas por R\$1,6 bilhão. No ano seguinte, apliquemos mais R\$1,6 bilhão e, no final de três anos, teremos 32 mil quilômetros de estradas completamente novas que durarão mais vinte anos porque não estaremos tapando buracos, mas construindo estradas novas.

Não tenho dúvida de que 120 empresas de engenharia trabalhando neste País, duas ou três em cada Estado, seria uma verdadeira revolução, com um milhão de empregos. E o Presidente teria aquela sua agenda positiva imediatamente; do contrário, vai ser demorado. Temos a experiência do apagão, que foi um problema.

Mas passemos ao segundo problema: geração de emprego. Estamos vendo que mais de 50% da economia do País está girando no campo, na agricultura. É espantoso o que está acontecendo no Brasil. Apesar das restrições à importação de alguns de nossos produtos, a China está disposta a comprar 50 milhões de toneladas de grãos do Brasil, 50 milhões de toneladas de soja. Eles estão precisando porque têm mais de um bilhão de habitantes. Nós fazemos parte da Câmara Brasil-China, da qual sou Presidente no Senado e cujo Vice-Presidente é o Senador Eduardo Suplicy. Almoçamos com o Embaixador e com o Vice-Ministro da China anteontem na casa do Vice-Presidente da República e podemos afirmar que eles estão dispostos

e querem realmente entrar em entendimento comercial com o Brasil.

O que eu poderia propor neste instante? Que façamos uma espécie de reunião. Entendo que o Presidente poderia muito bem fundir – parece-me que há dois ministérios que cuidam do assunto – o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e parece-me que há outro; poderia haver uma fusão, e um único ministério encamparia tudo. E não seria com o nome do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas um nome que condissesse com a necessidade de gerar riqueza a partir das nossas terras.

Em minha época de estudante de engenharia, no pequeno espaço que tínhamos no setor de economia, se dizia que toda riqueza é fruto do trabalho do homem, seja o intelectual, seja o industrial ou o agrícola. Mas a riqueza, neste planeta que Deus nos deu, tira-se da terra e do mar. Estamos poluindo o ar, mas riqueza tiramos da terra e do mar. O Brasil não tem barco de pesca de tamanho grande. É uma tristeza! Quem pesca nas águas territoriais brasileiras são os japoneses, os espanhóis. Estão todos lá nas 200 milhas, e não temos essa pesca fora da nossa linha de limite do mar brasileiro.

Muito bem, se temos a terra que temos e se, hoje, 50% da riqueza brasileira está saindo da terra, por que não se fazer o seu aproveitamento? Não com a reforma agrária. Eu daria aqui uma contribuição: como se fazer reforma agrária, se uma família não dá conta de 10, 15 hectares? Não há como. Essa família teria que se mecanizar. Nós vamos mecanizar milhões de brasileiros? Vamos ter condições de mecanizar uma lavoura de 15 hectares? Todavia, se déssemos 3 hectares para uma família, a história seria diferente.

Senador Mão Santa, lá no nosso Estado, o Piauí, há 200 mil lavradores que fazem roça. Não tomamos conhecimento, mas eles fazem a roça todos os anos. Como é essa roça? Ele chega ao proprietário de terra e pede um pedaço de terra para fazer uma roça. O proprietário lhe dá a semente e o dinheiro e sugere que dividam a renda. Perfeito! Ou então o proprietário não adianta nada, e o lavrador lhe paga um quarto. Eles fazem isso, mas o rendimento é tão baixo, Senador Mão Santa, tão baixo que mal dá para viver, quanto mais pagar renda. Mas realizamos a experiência completa, absolutamente vitoriosa. E digo isso com conhecimento de causa. Comecei a mexer com o biodiesel da mamona – V. Ex.^a é testemunha disso – há cerca de cinco anos. Vamos inaugurar a primeira usina de biodiesel do Brasil. Não será no Rio Grande do Sul nem no Paraná, nem no Rio de Janeiro, nem em São Paulo, mas no Piauí. E não está na Petrobras,

mas na Universidade Federal do Piauí, porque eu lá o coloquei. É um projeto nosso, ainda do tempo em que eu era Presidente da EBTU. A usina vai produzir 2 mil litros de biodiesel/dia de qualquer óleo: dendê, babaçu, mamona, soja.

Há duas coisas que o Brasil precisa saber a respeito do biodiesel. Se o produzirmos com óleo de mamona, não poderemos utilizá-lo diretamente no motor, tendo que misturá-lo ao óleo mineral – e podemos misturar até 80%. Essa história de 5% é conversa. Existe um laboratório da Petrobras bem ao lado da usina, que será inaugurado no próximo mês. Esse laboratório realiza experimentos com óleo de mamona e de babaçu, e lá se verificou que podemos chegar a uma mistura bem maior. Se o biodiesel for produzido com soja, que sobra no País, podemos colocar diretamente no motor. Os gases resultantes da combustão não são poluentes, bem como há a possibilidade de eliminar boa parte da importação de óleo diesel.

Basta colocarmos três lavradores por hectare, plantando mamona e feijão em terra arrendada; não é necessário gastar dinheiro da Nação. A Nação gastaria dinheiro dando o Pronaf, R\$500,00 ou R\$1.000,00, para cada família de três pessoas trabalhando em três hectares. Notem bem, Senadores Mão Santa e Eduardo Siqueira Campos, isso é verdadeiro. Não se trata de estimativa ou aproximações. Plantando-se mamona e feijão em três hectares, a renda do lavrador é de R\$1 mil por mês – não tem dúvida nenhuma, já provamos isso. Para que essa história de reforma agrária com 15 hectares, tendo que comprar, desapropriar? Com isso, acabar-se-ia com essa história de invasão, com certeza. Vamos dobrar a produção de grãos no Brasil. Aí empregamos, só no Semi-árido nordestino, dez milhões, e não faltaria mais óleo diesel neste País. Três hectares, Senador Mão Santa, produzem óleo vegetal de mamona para misturar com o óleo mineral da Petrobras, e teremos uma renda para essa família de R\$1 mil reais por mês.

É uma contribuição. Se o Presidente Lula quiser nos ouvir, levaremos o resultado de nossa experiência no Piauí. Três hectares são suficientes. Vi a Ministra das Minas e Energia inaugurar aquela tal empresa, que está no Piauí construindo casas, dizendo que será o paraíso, e deu 15 hectares para cada família. Senador Mão Santa, três pessoas numa família não dão conta de 15 hectares. Eles podem plantar, a mamona nasce, mas na hora de colher não há mão de obra. Sabe por quê? Porque a experiência nos diz que uma pessoa só tem que ficar de plantão no hectare. A mamona dá durante cinco ou seis meses e só se pode colher o cacho que está amadurecendo, não se pode tirar qualquer cacho. A colheita é feita à mão; não é à máquina. Então, é uma

pessoa por hectare para colher a mamona. Já estão errando no Piauí, dando 15 hectares, pois, na hora da colheita da mamona, o que teremos é que, naquele local, há um vazio demográfico, não tem gente, e ninguém vai querer ser alugado para catar mamona nas terras da Enguia, que chegou lá com ares de resolver o problema agrário do Piauí.

O que queria dizer era isso. Está posta a questão, Sr. Presidente. O PMDB, como disse o Senador Mão Santa, pode dar uma contribuição com a Câmara de Gestão das Estradas e com essa proposta de fazer biodiesel com três hectares para cada família. Não é preciso tomar terra de ninguém, não é preciso invadir terra de ninguém.

Creio que não existem dois milhões de sem-terra. Só no Piauí podemos colocar 200 mil famílias trabalhando, e no Nordeste brasileiro 5 milhões, produzindo mamona e feijão, com 3 hectares apenas.

Esta, a proposta que faço, em nome do meu Partido e em nome desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, a nobre Líder Ideli Salvatti. Em seguida, ouviremos a palavra dos Senadores Valmir Amaral e Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos, Senadora.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna por conta de inúmeros debates feitos ao longo desta semana, não tão longa, uma semana interrompida por um feriado que, infelizmente, não permitiu que tivéssemos a capacidade de fazer as votações necessárias, inclusive das medidas provisórias que trancam a pauta. Entre estas, figura a medida que atenua os efeitos da Cofins para inúmeros setores da economia, haja vista que, com o fim da cumulatividade, principalmente os setores de cadeia produtiva muito pequena, muito reduzida, acabam tendo aumento de carga tributária.

Não votamos nesta semana, mas a votação deverá ocorrer, com certeza, na próxima terça-feira. Digo com certeza porque espero que não haja nenhuma irresponsabilidade deste Plenário no sentido de não votar a alteração da medida provisória da Cofins, que vem sendo negociada, tendo em vista que as modificações feitas pelo Senado terão que ser submetidas à Câmara – ainda entre quarta e quinta-feira da semana que vem – para que possam entrar em vigor a partir de 1º de maio. Se não votarmos a medida provisória da Cofins na terça-feira – ela é a segunda da pauta –, não haverá tempo

hábil para a Câmara fazer a votação da referida medida. Portanto, nenhum dos benefícios que estão sendo negociados – inclusive com a presença do Ministro Palocci, na última terça-feira, em reunião com todos os Líderes no gabinete do Senador Aloizio Mercadante – poderá entrar em vigor. Inúmeros setores da economia terão os efeitos do fim da cumulatividade atenuados, impedindo, portanto, que haja aumento de carga tributária para esses setores específicos. Repito: nenhuma dessas negociações poderá entrar em vigor.

Espero, portanto, que, na semana que vem, possamos compensar a não-votação desta semana, ainda porque as negociações, principalmente na questão da Cofins, evoluíram bastante.

Este Plenário teve, ao longo dos últimos meses, infelizmente, profundos debates a respeito de calamidades: enchentes, furacão, estiagens. Estamos, agora, com problemas gravíssimos no Sul do País – Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, com a estiagem atingindo milhares e milhares de agricultores, principalmente os pequenos. E uma das questões que tivemos a oportunidade de trabalhar é que, além da exigência obrigatória de providências imediatas por parte do Governo Federal, temos também responsabilidades, entre as quais estudamos, analisamos o remanejamento de verbas ou a priorização das verbas orçamentárias para as regiões atingidas por essas catástrofes.

Várias Bancadas fizeram reuniões e disponibilizaram recursos, por meio de emendas individuais ou coletivas, para que os Ministérios pudessem, prioritariamente, atender, com aquilo que já está previsto no Orçamento, os municípios e as populações atingidas por essas calamidades, ou até, no limite, se aquilo que já está previsto no Orçamento não for suficiente, com o cancelamento da emenda para que se possa fazer o remanejamento para outra área, outro item do orçamento, a fim de atender as populações atingidas.

Foi dessa forma que várias Bancadas de diversos Estados atuaram, inclusive a de Santa Catarina. O Estado de Santa Catarina foi atingido em quase a sua totalidade por muitos fenômenos. Mais da metade dos municípios catarinenses foi atingida pela estiagem, por granizo no Planalto Norte. Tivemos enchentes em vários Municípios. Tivemos o até hoje ainda não bem-definido furacão ou ciclone que atingiu o sul de Santa Catarina e uma parte do norte do Rio Grande do Sul. A Bancada de Santa Catarina fez o debate, a discussão. Infelizmente – quero aqui registrar, mais uma vez –, não foram todas as Bancadas nem todos os Parlamentares, porque, se tivessem sido todos, teríamos disponibilizado,

para priorizar os Municípios ou remanejar verbas, algo em torno de R\$65 milhões. Disponibilizamos apenas R\$41 milhões, pouco mais da metade. Mas, indiscutivelmente, recursos indispensáveis para atender, prioritariamente, os Municípios atingidos ou, no limite, remanejar.

Como, infelizmente, sabemos que calamidades continuarão acontecendo, eu queria pedir que seja registrado, como subsídio, na íntegra, o parecer da nossa assessoria técnica, que nos subsidiou, no meu caso e de outros Parlamentares de Santa Catarina, para fazer a disponibilidade das nossas emendas – no meu caso, uma emenda de R\$6,6 milhões para atendimento domiciliar e melhorias sanitárias, para que pudesse ser disponibilizada prioritariamente para os Municípios atingidos pela estiagem, ou pelo vendaval, ou pelo granizo ou pela enchente. E, se não fosse suficiente a prioridade para os Municípios, também a autorização para que ela pudesse ser cancelada e o seu valor ser remanejado para qualquer outro item para atender prioritariamente em nosso Estado os atingidos pelas intempéries.

Então, quero deixar aqui esse trabalho como subsídio, porque essa é uma forma de não só cobrarmos do Governo Federal as providências, as medidas que têm de ser efetivadas, mas é a forma de nós, Parlamentares, em um momento de emergência, catástrofe ou calamidade em nossos Estados, também poderemos colaborar para que o Orçamento possa ser flexibilizado, ter prioridades e remanejamentos para fazer o atendimento, de forma mais rápida e ágil, das comunidades atingidas.

Como teremos outras calamidades, penso que essa prática, que começou a ser realizada pelas Bancadas, pelos fóruns compostos pelos Deputados e Senadores de cada Estado e fluiu muito bem neste ano, deve ser incentivada para que aconteça cada vez mais. Até porque, no momento da calamidade, não vale o bom discurso, vale mais a ação, não só de solidariedade, mas o gesto concreto, inclusive de abrir mão da prioridade que o Parlamentar tem em benefício do Município ou da população atingida.

Nós, do fórum catarinense – que consegui, dos R\$65 milhões das emendas parlamentares, disponibilizar R\$41 milhões para vários Ministérios poderem priorizar e remanejar –, se for o caso, estaremos agora muito atentos para poder fazer a cobrança para que efetivamente o dinheiro saia no menor prazo possível.

Nesta tarde de quinta-feira morna, depois de um feriado no meio da semana e do aniversário da Capital do nosso País, no dia de ontem, com várias comemorações, eu gostaria de dizer que há alguns tons de discurso, algumas falas, algumas observa-

ções que têm efetivamente me preocupado. Eu fiquei quinze dias de molho, no hospital, onde temos mais tempo, vemos mais TV Senado, TV Câmara, onde temos a possibilidade de acessar a Internet, de fazer leituras, enfim, não nos desligamos. Houve determinados tons, falas, palavras, como “caos”, “paralisia”, “falta de autoridade”, que me chamaram a atenção. Chamou-me mais a atenção o fato de um Senador dizer que está elaborando um artigo, que ainda não foi publicado, no qual procura fazer um paralelo e ainda diz assim: “sem nenhuma atitude cataclísmica, nem catastrófica, entre o fim do Governo Jango, marcado por atitudes erráticas e pendulares, acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo, e o Governo do Presidente Lula”.

Então, este tipo de linha de intervenção às vezes me parece algo tão despropositado, tão absurdo, colocado de uma forma que passa mais um sentimento dos que não se conformaram até agora por terem perdido as eleições. Não se conformaram até agora, até porque alguns deles nunca estiveram fora do poder. Nunca! Ouvíamos freqüentemente a seguinte frase: “*Se hay un gobierno, estoy dentro*”. Alguns nunca tiveram a experiência da oposição na vida. Já tive a oportunidade de registrar isso.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria de participar.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Mão Santa, vou conceder-lhe o aparte assim que concluir minha linha de raciocínio.

Esse tipo de cantilena do caos não procede. Há um quê de situação mal-resolvida. Como já se registrou nesta tribuna em outras ocasiões, há quem diga: “Vai querer ser candidato, temos que impedir que o seja. Se conseguir ser candidato, temos que impedir que ganhe. Se conseguir ganhar, temos que impedir que tome posse. Se conseguir tomar posse, temos que impedir que governe. E, se conseguir governar, temos que dar um jeito de tirar”.

Essa linha de intervenção política efetivamente me tem deixado assustada e preocupada, porque não é esse obviamente o clima existente, até porque as situações que estão sendo vivenciadas – como ocupação de terra e de prédio público, greve – fazem parte da democracia, principalmente em um país cujos governantes, nestes últimos 500 anos, não deram conta de resolvê-las, ou atenuá-las.

Então, estão querendo o quê? Falta de autoridade! Estão exigindo o quê? Autoritarismo? É esse o contraponto, é essa a questão que está sendo levantada? Eu quero entender. O que move determinadas falas?

E determinadas personalidades continuam falando dessa maneira. Por exemplo, não consigo entender a fala do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente de um outro poder que tem que ter serenidade, tem que ter o bom senso de cuidar da normalidade democrática. Estão aí de novo declarações do Presidente do Supremo a respeito dos atos do Executivo.

Então, eu quero entender o que está se passando efetivamente, quero entender essa lógica, essa linha de raciocínio.

Há artigos que tive a oportunidade de ler, e tem um muito interessante que diz o seguinte: “Já não sabia que ia crescer a produção de soja, que nós íamos ter essa explosão? Então, o Lula não deu conta em 15 meses de resolver o problema do gargalo das nossas estradas e do gargalo dos portos?” Não deu conta em 15 meses? Mas estavam governando durante décadas! Em 15 meses, o Lula tinha que dar conta de resolver o gargalo das estradas e dos portos que eles em 150 anos ou mais não deram conta. Deixaram tudo acumulado. No meu Estado, por exemplo, eu já tive a oportunidade de vir aqui e dizer que o Diretor do Dnit e responsável pelo Ministério dos Transportes no meu Estado foi homenageado no final do ano passado pelas transportadoras, porque foi a primeira vez, nos últimos anos, que as estradas de Santa Catarina tiveram ações de recuperação. As transportadoras homenagearam o companheiro João José. E já tive oportunidade de registrar isso. Vai-se resolver em 15 meses o gargalo de estradas que não vêm sendo recuperadas, duplicadas, ampliadas nas últimas décadas? E os portos que não tiveram investimento nas últimas décadas? Em 15 meses, tudo vai se resolver?

Acabei de ser entrevistada por um jornalista lá do meu Estado sobre declarações do Presidente do PFL a respeito da energia. E já falei desta tribuna; mas volto aqui e falo de novo, 500 vezes se preciso for. Se há uma área sobre a qual o PFL não pode abrir a boca é o setor elétrico! Ele tem de ficar quieto! Ele não pode falar nada! Dirigiram o Ministério, fizeram um processo de privatização que criou o caos. O investimento em energia elétrica no nosso País caiu a menos da metade na década passada. Na década de 80, era 13,5 bilhões. Na década de 90, durante o Governo Fernando Henrique, quando o PFL esteve à frente do Ministério de Minas e Energia, ele baixou para 6 bilhões, ao ano – menos da metade.

Por conta disso, tivemos o apagão; por conta disso, todos os brasileiros estamos pagando, na conta de energia elétrica, o seguro apagão. O povo brasilei-

ro paga na conta de energia elétrica o desmando do setor elétrico decorrente daquele processo de privatização mal feito, feito pela metade, com diminuição do investimento, com o apagão. E eles vêm perguntar, vêm falar, vêm fazer declarações! Mas têm que ficar quietos! Não podem falar, não podem cobrar? Vão cobrar como?

Vários comentaram a declaração do Fundo Monetário Internacional de que o Brasil vai crescer menos neste ano do que os demais países, esquecendo-se de dizer por que vamos crescer menos. Por que vamos crescer só 3,5% quando a previsão era de 4,4% e 4,6% para os demais países? A manchete diz “Dívida mantém o Brasil vulnerável, diz o Fundo Monetário”. Não vamos crescer mais porque a nossa dívida faz com que o nosso País tenha vulnerabilidade, a nossa dívida ainda não nos dá tranquilidade. Ainda não conseguimos sair do garrote, do sufoco da dívida. Vamos esquecer que o Fernando Henrique pegou em 60 bilhões e nos entregou a mais de 600 bilhões – crescimento da dívida em mais de 10 vezes.

É importante verificarmos os documentos e os gráficos. É uma pena não podermos usar o telão, Presidente Eduardo Siqueira Campos. Vou mostrar o gráfico. Esse é o gráfico da dívida vincenda em 12 meses. Este pico aqui, este alto aqui é exatamente o ano de 2002. O volume da dívida que vencia em menos de 12 meses estava no pico em 2002, quando nos entregaram. A rolagem da dívida brasileira era um escândalo de tão curto que era o prazo. Terminamos o ano passado com uma dívida vincenda em menos de 12 meses muito menor que na metade do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Também desdolarizamos a dívida. Ela melhorou significativamente, mas ainda não de forma adequada, não o suficiente, não o razoável para que possamos ter uma perspectiva concreta de crescimento deste País superior a 3,5%.

Então, temos de administrar a dívida, continuar desdolarizando-a, continuar alongando o perfil da dívida, para não ficarmos no sufoco, e trabalhar na linha dos títulos pré-fixados com a taxa de juros já conhecida, para ser mais fácil administrar. Isso também foi modificado. O perfil foi modificado. Estão aqui os dados. Os dados foram trazidos tanto pelo Dr. Henrique Meirelles quanto pelo Ministro Antonio Palocci, nas duas vezes em que estiveram na Comissão de Assuntos Econômicos – a última vez há bem poucos dias. Recomendo a todos os Senadores fazerem a análise do gráfico, e pararem de falar desta tribuna determinadas coisas que não trazem contribuições.

Determinadas situações nos afligem, porque a demanda social deste País é muito grande. Não vamos trabalhar com autoritarismo. Vamos trabalhar com autoridade e negociação, fazendo com que o Brasil acomode os interesses, principalmente aqueles que, ao longo de décadas e séculos, foram postergados, esquecidos e marginalizados pela estrutura social e econômica do País.

Não haverá milagres. Não será possível crescer mais de 3,5% neste ano, embora queiramos crescer 5%, 10%, 15%, 20%. Esse crescimento é inviável porque existe a dívida, conforme determina o FMI, além da falta de investimento crônico, desde as últimas décadas, em energia, em estradas e em portos. Se não resolvermos essa questão, não adianta o País crescer, porque não há sustentabilidade. Se crescer mais de 3,5% – 4,5% ou 5% –, haverá novamente apagão. Portanto, enquanto não houver investimentos e não conseguirmos equacionar questões de infra-estrutura para dar sustentabilidade, não adianta tropejar ou agir de forma pior, como tenho escutado nos noticiários e lido nos jornais.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Peço a V. Ex^a a transcrição na íntegra da nossa análise técnica a respeito do remanejamento das emendas para casos de calamidades.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

O art. 41, inciso III, da Lei 4.320 define os créditos extraordinários como “os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública”. A Constituição Federal, no §3º do Artigo 167, afirma o mesmo e aponta a medida provisória como instrumento para solicitar o crédito.

As ações voltadas para amenizar ou mesmo reverter as conseqüências sociais de problemas climáticos se enquadram no conceito de urgência e imprevisibilidade. Via de regra, as ações voltadas para combater as conseqüências sociais de problemas climáticos, como as ações emergenciais de defesa civil executadas pelo Ministério da Integração Nacional, enquadram-se nesses conceitos.

O caso em questão relaciona-se aos prejuízos causados em Santa Catarina devido a intempéries

climáticas e às formas possíveis de financiar as ações destinadas à assistência por parte do governo federal.

A rigor, os únicos recursos orçamentários que não podem ser transferidos ou remanejados são aqueles destinados ao financiamento de despesas obrigatórias e os recursos vinculados ao financiamento de determinadas despesas, por força constitucional ou legal. Tendo em vista a meta legalmente determinada para o superávit primário, quaisquer gastos de natureza primária (gastos não financeiros) afetam a meta do superávit e exigem o cancelamento de outras despesas, para manter o equilíbrio.

Assim, despesas imprevisíveis (o mesmo se dá com despesas novas ou com a suplementação de recursos para despesas já autorizadas) podem ser financiadas desde que mediante **o cancelamento de outras despesas** autorizadas no orçamento. Destaque-se que, nesse caso, a questão transcende a existência ou não de recursos, haja vista que as normas vigentes exigem que o Orçamento contemple uma Reserva de Contingência, que são recursos sem destinação específica justamente para possibilitar fazer frente às despesas imprevisíveis.

Em resumo, desde a determinação legal de metas para o superávit primário **o Poder Executivo está obrigado a cancelar despesas orçamentárias, já autorizadas, na mesma magnitude dos gastos novos** que ocorrerem durante o exercício. A exceção existe quando o governo lança mão de recursos antecipadamente destinados a cobrir despesas adicionais (não previstas no orçamento) e que foram computados antecipadamente no cálculo do superávit primário.

Essa é a principal razão de as emendas de parlamentares de Santa Catarina terem sido invocadas como meio de financiar as despesas que resultaram da ação do furacão. Desse ponto de vista, **quaisquer emendas poderiam ser canceladas** e os recursos liberados destinados, mediante a edição de medida provisória, à cobertura de despesas imprevisíveis e urgentes. No que tange à Bancada de Santa Catarina é factível admitir que uma ação conjunta visando à seleção de emendas que poderiam ser canceladas, ainda que parcialmente, e gestões junto ao Poder Executivo viabilizariam um crédito extraordinário, mediante a edição de Medida Provisória, que atendessem às necessidades do Estado. – **Maria Alice Dechichi**, Assessora da LIDPT/SF.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos, PSDB – TO) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a será atendida na forma do disposto no Regimento Interno.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador Valmir Amaral, do PMDB do Distrito Federal, que dispõe de até vinte minutos.

Em seguida, falará o nobre Senador Mão Santa.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, mais uma vez, para demonstrar a minha indisfarçável preocupação em relação aos rumos da economia do nosso País.

As manchetes dos jornais, nestes últimos dias, têm apresentado indicadores assombrosos, perspectivas sombrias e cenas como as de imensas filas de desempregados. Será que caminharemos para mais uma década perdida?

Meus caros colegas, o povo brasileiro não agüenta mais ver a sua renda diminuir ano após ano, enquanto os bancos registram rendimentos recordes. O Governo precisa, de uma vez por todas, dar uma guinada na direção de sua política econômica, no sentido de gerar emprego e renda.

Os números são amargos e definidores. Conforme dados recentes divulgados pelo IBGE, o índice de desempregados continua a crescer, chegando à casa dos 12% nas 6 maiores regiões metropolitanas do País.

Em comparação a fevereiro de 2003, a renda média do nosso trabalhador amargou uma queda de 5,7%, cerca de 20% abaixo do seu nível, em 1998, em termos reais.

O único indicador que o Banco Central e a equipe econômica parecem enxergar é o das metas de inflação. Não interessa se os salários estão corroídos, se os impostos e as tarifas públicas são onerosos, se não há política industrial efetiva nem estímulo à produção e geração de empregos.

Sabe-se que não há incompatibilidade entre crescimento e estabilidade monetária. Entretanto, o que somente importa é controlar a inflação, uma miopia que só vislumbra a fria leitura de balancetes. E, para tanto, utiliza-se o voraz e arrasador artifício de elevar a taxa de juros, estrangulando nossa capacidade de produção e de crescimento econômico.

Para efeito de comparação, seria como tentar curar uma embolia pulmonar com afogamento, ou controlar uma hemorragia na perna com sua amputação. Para alegria dos nossos monetaristas, continuamos a liderar a lista dos países com as maiores taxas de juros do mundo, com 9,2% de índice real!

Reafirmo aqui as considerações contidas na nota divulgada pelo meu Partido, conclamando o Governo

a sair dessa linha monetarista e ousar, dar um novo rumo às suas diretrizes de política econômica.

Nosso compromisso fundamental, antes de integrarmos a base aliada, sempre foi e sempre será com o País, seu crescimento econômico e o bem-estar social. E cabe a um governo democraticamente eleito ouvir os anseios do seu povo, que acreditou na vitória da esperança sobre o medo.

Rogo desta tribuna que estabeleçamos um novo pacto para o progresso da economia nacional. Chega de juros altos, metas inalcançáveis e falta de sensibilidade! Para o trabalhador brasileiro, dados como o valor de face dos títulos da dívida pública ou a queda do Risco País soam estranhos e irrealistas. O que ele quer é um emprego seguro, é poder sustentar sua família de forma digna e soberana.

Nosso povo não suporta mais a lógica sufocante do Fundo Monetário Internacional e suas humilhantes condições, que só têm levado a uma terrível situação de fragilidade a choques externos, baixo crédito para a produção e taxas de desemprego recordes. Está absolutamente claro que todos os brasileiros querem é a retomada do crescimento e da geração de empregos.

Nesse sentido, finalizo o meu pronunciamento dizendo:

Basta de insensibilidade! Precisamos retomar o crescimento imediatamente.

Concedo um aparte ao meu nobre amigo, pelo seu Estado do Piauí, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valmir Amaral, V. Ex^a representa aqui duas grandezas: a do meu Partido, o PMDB, e a da classe empresarial. A vida de sua família e de seu pai, que V. Ex^a continua tão bem, faz com que V. Ex^a seja um líder dos empresários de Brasília e do Brasil. Tenho um entendimento diferente do deste Governo. Aprendi com Montesquieu, ao definir os três Poderes, e creio que não deve ser assim. Devem ser entendidos como instrumentos. O Poder Legislativo é o instrumento para criar as leis; o Poder Judiciário, para guardar as leis – é o guardião das leis; e o Poder Executivo, para realizar as obras, como Juscelino Kubitschek simbolizou. Mas entendo que poder mesmo tem quem paga impostos. Os empresários, que V. Ex^a representa, são heróis anônimos. O que falta é a oportunidade histórica que lhes estão negando. Outro dia, Senador Alberto Silva, encontrei um empresário do Piauí, ex-Secretário de Indústria e Comércio, ex-Diretor da Federação da Indústria, que me disse: “Senador Mão Santa, como a vida fora está difícil!”. Ao dizer “fora”, ele quis dizer fora do Governo. Está difícil. Hoje temos a maior carga tributária, as taxas de juros mais altas do mundo, o *spread* mais alto do mundo. Portanto, está muito difícil a vida

lá fora. Sintetizando, Senador Valmir Amaral, hoje os brasileiros e as brasileiras, de 12 meses trabalhados, estão pagando ao Governo o referente a 5 meses, e o Governo não oferece, como nos outros países organizados, um serviço de educação satisfatório, um serviço de saúde eficiente – e já vou falar sobre esse tema –, e a segurança está a desejar. Então, V. Ex^a tem os aplausos do nosso Partido e do povo brasileiro, denunciando, vamos dizer, a maneira como o Governo Federal não está sabendo respeitar e estimular o empresariado brasileiro.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF) – Meu caro amigo, Senador Mão Santa, V. Ex^a veio abrilhantar meu discurso. Fico muito emocionado e muito feliz com o aparte de V. Ex^a.

Realmente, minha família aqui em Brasília é de empresários que geram hoje em torno de quatro mil empregos e está sofrendo na pele essa economia do Brasil. Minha esposa, que trabalha de domingo a domingo numa concessionária Fiat, no aeroporto, quando chega ao final do mês, diz: – Valmir, trabalhamos, trabalhamos, mas não conseguimos obter 1% de lucro líquido. Um por cento de lucro líquido! Há quase 24 meses, a concessionária não consegue atingir 1% de lucro líquido, enquanto as taxas de juros estão ultrapassando 2%, 3%. Os banqueiros não fazem nada, apenas deixam o seu dinheiro parado, gerando juros.

Então, o País precisa mudar, pois está no caminho errado. Isso não pode continuar; caso contrário, em pouco tempo, não haverá mais empresários. Serão todos capitalistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí. V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eduardo Siqueira Campos, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo-me aos brasileiros e brasileiras que assistem a esta sessão de 22 de abril, àqueles que assistem por meio do Sistema de Comunicação eficiente do Senado, que nos ouvem da sua rádio Am/Fm, da sua televisão, e àqueles que depois tomam conhecimento pelo Jornal do Senado.

Senadora Ideli Salvatti, agradecemos por estar aqui presente, porque, desta vez, poderemos fazer o debate qualificado, para o qual sempre nos convida o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Senador Valmir Amaral, quis Deus que V. Ex^a estivesse presente, porque fui procurado por professores e

estudantes da UnB, a nossa Universidade de Brasília, sonhada pelo Senador Darcy Ribeiro, que relevantes serviços tem prestado a este País.

Carlos Lacerda, da velha UDN, o Brigadeiro Eduardo Gomes e V. Ex^a sempre defenderam as liberdades deste País, Senador Alberto Silva. Carlos Lacerda disse neste Congresso: “Se quisermos saber como vai um país, devemos observar como estão suas universidades”.

Entendo que é na universidade que se planta o saber. Lembro aqui um homem com uma inteligência como a de V. Ex^a, Senador Alberto Silva, Albert Einstein, cujo nome é parecido com o de V. Ex^a, Alberto Silva, Senador pelo nosso Piauí, que dizia que a universidade é o instrumento encontrado pela sociedade para pinçar todos os conhecimentos da história do mundo e oferecê-los à nossa mocidade. Era assim que Albert Einstein via, é assim que o mundo vê a universidade.

Senador Alberto Silva, conheci Heidelberg, a mais velha universidade da Europa. O mundo sofreu duas guerras mundiais. A Alemanha foi derrotada, mas, por ser uma universidade, Heidelberg não foi destruída, Senador Valmir, pois nela se planta o saber, a pesquisa, os conhecimentos.

Aqui esperamos pacientemente para falar nesta sessão lembrando que, no Livro de Deus, “os últimos serão os primeiros”, porque fomos procurados pela mocidade estudiosa de Brasília e do Brasil e pelos professores, que nos informaram sobre o funcionamento do Hospital Universitário de Brasília, o HUB.

Senador Alberto Silva, V. Ex^a, já em 1948, demonstrava à nossa Parnaíba, ao Piauí, ao Brasil a sua competência administrativa. Governou o Estado e instituições nacionais como a EBTU, Pólo Nordeste e as estradas de ferro Central do Brasil. Sei que aqui há os representantes de Brasília, o Senador Valmir Amaral, o professor Cristovam Buarque e o Senador Paulo Octávio, mas talvez os estudantes tenham me procurado porque sou médico, por ser atraído pelos problemas de saúde. Entendo que a ciência médica, Senador Alberto Silva, é a mais humana das ciências, e o médico, o grande benfeitor da humanidade. V. Ex^a, Senador Alberto Silva, tem dito: “Sou um engenheiro político”. Talvez eu possa dizer que sou como Juscelino Kubitschek, que era um cirurgião político.

Gostaria que o núcleo duro amolecasse com o encéfalo da inteligência. **O Correio Braziliense**, edição de 18 de abril, falando sobre saúde, traz a seguinte manchete: “Dívida chega a R\$ 7 milhões. Com parte dos débitos sem pagamento desde agosto de 2003, Diretoria do HUB vai parar atendimento sempre que estoques chegarem ao fim. Secretaria de Saúde pode comprar exames para tentar aliviar crise”.

Quis Deus que, há pouco, um empresário relatasse as súplicas do mundo empresarial. O Senador Valmir Amaral falou das dificuldades do empresário brasileiro.

Senador Alberto Silva, a dívida chega a R\$7 milhões. Então, o empresário, que paga a taxa de juros mais alta do mundo, que paga a carga tributária mais alta do mundo, que, de 12 meses de trabalho, paga 5 para o Governo Federal, não pode agüentar uma dívida dessas. É evidente, Senador Valmir Amaral, que não se trata de dever a um fornecedor do hospital, mas a dezenas.

O Senador Alberto Silva, como eu, foi Governador de Estado. Pertencemos ao PMDB, Presidente Lula, a luz do Governo de Sua Excelência! Não quero falar das trevas, das misérias, quero acender a luz e, para tanto, devo chamar a atenção do Presidente da República, do Ministro da Saúde para negociarem essa dívida, porque, por mais altruístas que sejam os médicos, paramédicos, enfermeiros e enfermeiras, sempre haverá dificuldades para fazer funcionar um hospital que não dispõe de material.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB DF) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB PI) – Senador Valmir Amaral, peço alguns instantes e ouvirei V. Ex^a.

Conheço a dificuldade do médico, do enfermeiro para cumprir o seu dever em um hospital sem medicamentos. Além de atender à população, o hospital público é a casa de aprendizado de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, profissionais de saúde, que fazem seus estágios no hospital.

Mas devo dizer que, além da dívida de R\$7 milhões, há um déficit mensal de R\$200 mil.

Senhor Presidente da República, essas são as dificuldades vividas pelo HUB, um hospital de Brasília, a cidade da fantasia, tida como a Capital de melhor qualidade de vida, de maior renda **per capita**, da imprensa presente, da crítica constante, do Senado, da Câmara, da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Estão ameaçando parar imediatamente. Então, Presidente Lula, como estarão os outros hospitais universitários do Brasil?

Senadora Ideli Salvatti, aqui implorei, durante meses e meses, por sessentinha. Adverti o Governador sobre o problema do Hospital Universitário do Piauí. Não quis o núcleo duro e surdo, insensível e burro ouvir a sugestão. Agora tem que ouvi-la, porque o Hospital Universitário de Brasília está ameaçado de parar. São sete milhões de reais em dívidas. Sei como resolver isso! Fui Prefeitinho, não tão competente como o Senador Alberto Silva.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – O que é isso?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas governou o Piauí e lá, Senador Valmir Amaral, acontece o contrário. O Senador Alberto Silva é testemunha disto. A Universidade usufrui os hospitais do Estado, e nós,

piauienses, resolvemos os problemas. Veja o Hospital Getúlio Vargas, cujo ambulatório o Senador Alberto Silva ampliou e modernizou e cujo pronto-socorro ampliei. Embora o Governo do PT tenha desejado fechar a Maternidade Evangelina Rosa, não o fez porque o Senador Alberto Silva alegou que era uma obra criada por S. Ex^a e que recebeu o nome de sua santa mãe, Evangelina. O Hospital Aurelino de Abreu, de doenças infecciosas, foi criado também pelo ex-Governador e atual Senador Alberto Silva.

Sempre negociamos. Garantimos a Universidade Federal. Presidente Lula, havia lá essas dívidas e dificuldades, e nós, Governadores do Piauí, sempre soubemos resolvê-las. Agora vou dizer-lhe como se resolve isso, Presidente Lula. Vim para cá para ser luz, não para ser base. Como posso ser base? Onde está o debate qualificado? Pedi há pouco para participar de um debate. Negaram-me. Onde está o Senador Aloizio Mercadante, qualificado? Esse que é o debate.

E eu vou ensinar como se revolve isso. É simples! Presidente Lula, em quem votei e a quem admiro, olhe para cá e veja um homem do Piauí. Senador Alberto Silva, vamos juntar a ousadia dos mais novos com a experiência dos mais velhos. Vossa Excelência, Sr. Presidente, atraído não sei por que, inspirado não sei por quem, acaba de adquirir um avião desnecessário, de que não precisa. Senador Valmir Amaral, sabe V. Ex^a que Juscelino Kubitschek veio 204 vezes a Brasília, à noite, saindo do Rio de Janeiro, Senador Eduardo Siqueira Campos, naquele avião, porque aquele trabalhava. Lula é feliz, não precisa ir buscar os exemplos em outros países, como Cuba, Venezuela. Não precisa. O exemplo está aqui: Juscelino Kubitschek veio 204 vezes, repito, à noite, naquele avião Douglas. De noite e de madrugada, estava acompanhando essas obras, arriscando a vida.

Presidente Lula, Vossa Excelência não precisa deste avião, devolva-o e, com quase 200 milhões, paga a dívida do HUB. O povo de Brasília, os doentes, os pequenos, os humildes, os necessitados, os médicos, os enfermeiros, os estudantes de medicina, de enfermagem, de psicologia, de fisioterapia, estaremos agradecidos. Vossa Excelência paga os sete milhões e me dá os sessenta, por mês, para eu fazer funcionar o do Piauí.

Quero lhe ensinar, Senhor Presidente da República, que esse hospital possui, Senador Valmir, 62 leitos de clínica médica; 55, de clínica cirúrgica; 6, de UTI; pronto atendimento, 21; pediatria, 26 e pediatria cirúrgica 25. São 86 consultórios, para atender diariamente os mais necessitados; 6 salas de cirurgia; 3 salas de cirurgia ambulatorial; mais quimioterapia; mais exames de tomografia, radiografia, ecografias, biópsia, entre outros. Isso pode ser. O Presidente tem de chamar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Mão Santa, apenas para comunicar a V. Ex^a que dois Srs. Senadores já demonstram o intuito de apartear-lo. Como V. Ex^a somente dispõe

de três minutos, encerraremos a sessão assim que V. Ex^a finalizar.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu concederei o aparte aos dois Srs. Senadores.

Serei breve, pois quero lhes dizer que o Secretário de Saúde do Distrito Federal, o Sr. Arnaldo Bernardino Alves, explica que vários médicos pagos pelo GDF são transferidos para o hospital universitário. Essa é uma estrutura federal mesmo. Ela não é do Estado. Ela é federal; pertence à Universidade de Brasília.

No Brasil, há 150 hospitais de ensino, responsáveis por 9% dos leitos e 12% das internações. Então, o dinheiro do avião seria negociado com a superveniência – não seria a câmara de gestão –, a presença do Ministro da Saúde, da Educação, porque aqui são hospitais universitários. Esse dinheiro do avião, Presidente Lula, beneficiaria a área de saúde e recuperaria todos os hospitais universitários, atenderia inclusive ao mais urgente: o pagamento da dívida de R\$7 milhões do Hospital Universitário de Brasília.

Senadores Alberto Silva e Valmir Amaral, há um projeto de lei da Senadora Heloísa Helena, que estebece no art. 35-A:

Art. 35-A É vedada a fixação do teto financeiro para os pagamentos, aos hospitais de rede pública e aos hospitais de ensino, por atendimentos ou procedimentos efetuados no âmbito do SUS”.

A Senadora Heloísa Helena tem um projeto de lei que poderia resolver isso. Então, o Senado, em vez de discutir e votar essas MPs tresloucadas, apressadas, que, na realidade, não têm nada de urgente, tem que elaborar e aprovar leis justas e boas como essa de Heloísa Helena.

Ouçõ o nobre Senador Alberto Silva e, em seguida, o Senador Valmir Amaral.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Mão Santa, agradeço-lhe pelas suas generosas palavras. V. Ex^a citou o gênio Albert Einstein, que dizia que é das universidades que se recolhem o saber e o desenvolvimento de uma nação. V. Ex^a e eu fomos Governadores do Piauí. Eu levei a Universidade Federal para lá, com todo aquele aparato que ela tem. Ela é uma das melhores universidades do Nordeste. Eu criei e V. Ex^a ampliou de maneira extraordinária a Universidade Estadual, criando setenta cursos diferentes. Exatamente por essa razão, V. Ex^a é credor de toda a população do Piauí e principalmente dos jovens do Piauí que tiveram oportunidade de estudar lá. Criou os meios de a universidade sobreviver, e lá nunca houve paralisação. Também ajudávamos a Universidade Federal no Piauí. A Universidade Estadual trouxe um desenvolvimento extraordinário para o Piauí, pelo que felicito V. Ex^a. Há que se encontrar uma maneira de resolver a questão. O projeto da Senadora Heloísa Helena talvez seja a solução imediata que esta Casa pode dar. Quanto ao avião, é um problema que depende apenas do Governo. Parabéns a V. Ex^a, porque o tema é este: universidade é fundamental para o desenvolvimento de um país.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe, Senador Alberto, pela contribuição, mas o avião é luxo. Veja o tempo que o Presidente vai utilizá-lo, é pouquíssimo. Vejam a utilidade desses hospitais universitários, principalmente do HUB. Depois de ouvir os professores, os estudantes e a população, afirmo o interesse do Secretário de Saúde do Distrito Federal, Dr. Arnaldo Bernardino Alves, que também é médico, e do atual Diretor do HUB, Dr. Cláudio de Freitas, em resolver o problema. São necessários recursos pelo menos para pagar essa dívida. Palavras não resolvem. É fundamental uma ação política do Presidente da República, juntamente com os Ministros da Saúde e da Educação.

Concedo um aparte ao Senador Valmir Amaral, do PMDB do Distrito Federal.

O Sr. Valmir Amaral (PMDB – DF) – Meu caro amigo Senador Mão Santa, estimo V. Ex^a, que, além de representar tão bem o seu Estado do Piauí, defende Brasília neste momento. Cumprimento V. Ex^a por lutar por uma causa tão justa. Realmente o Hospital Universitário de Brasília está necessitando desses recursos, haja vista estar paralisado por falta de verbas. Parabéns, meu amigo Senador Mão Santa, por lutar por Brasília. Tenha certeza de que muitos piauienses que residem em Brasília utilizarão o HUB.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a participação deste Senador de Brasília, empresário brilhante, que traduz a modernidade do PMDB, que não quer cargos, mas ações eficientes do PT pelo País.

Com a minha participação, represento todos os piauienses. Esta cidade foi criada pela inspiração de um mineiro, Juscelino Kubitschek, um médico, cirurgião como nós, que arrastou milhares e milhares de mineiros; mas a segunda colônia de brasileiros que ajudou a construir Brasília foi a dos piauienses. Residimos aqui mais de 250 mil piauienses que viemos construir esta cidade. Representando todos os piauienses, estamos aqui para defender uma das instituições mais sérias desta cidade que, sem dúvida nenhuma, é o Hospital Universitário de Brasília. Que Deus inspire o Presidente da República para encontrar uma solução satisfatória que traga viabilidade para o Hospital Universitário de Brasília!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 463, DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao pesquisador químico Marco Aurélio de Paoli e à equipe da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela obtenção de patente da nova tecnologia para o fabrico de fibra plástica a partir da fibra da planta amazônica curauá (bromélia).

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso ao químico Marco Aurélio e à equipe da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, pela obtenção de patente de pesquisa para fabrico de fibra plástica, obtido em projeto desenvolvido nessa Universidade. A nova tecnologia utiliza fibras da planta amazônica Curauá (bromélia), em substituição ao vidro para a produção de chapas plásticas para todos os fins. Além das vantagens econômicas, a tecnologia oferece vantagens ecológicas.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do trabalho de pesquisa realizado na UNICAMP, onde uma equipe coordenada pelo químico Marco Aurélio de Paoli, desenvolveu uma nova tecnologia que usa fibras da planta amazônica Carauá, destinadas à produção de chapas plásticas para todos os fins, inclusive para veículos. Destaque-se que a utilização desse invento em larga escala agregará valor econômico a um produto agrícola, com benefícios para o fortalecimento da própria economia de algumas comunidades da Amazônia. A vitória alcançada com a obtenção da patente e, também, significativa como mais um elemento símbolo na luta contra a biopirataria.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2004

Requer Voto de Aplauso à Embrapa e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo trabalho de pesquisa executado pelas duas entidades para o seqüenciamento do genoma do Café Arábica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, pela obtenção do seqüenciamento do Café Arábica (**Coffea Arábica**) que é a espécie predominante no Brasil.

A pesquisa, concluída com êxito, permitirá avanços na cafeicultura, com a melhoria da qualidade e da produtividade.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento das duas entidades e, por seu intermédio, aos pesquisadores que integraram o grupo de trabalho que resultou na obtenção do seqüenciamento do genoma do café.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do trabalho de pesquisa realizado pelas entidades mencionadas, responsáveis pelo projeto, tendo em vista, inclusive, a importância da cafei-

cultura como um dos principais pontos da agricultura brasileira.

Sala das Sessões, 22 de abril de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa encaminhará os votos de aplauso solicitados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 465, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda, para que, através do Sr. Jorge Matoso, Presidente da Caixa Econômica Federal, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, encaminhe esclarecimentos sobre as seguintes informações:

1. Qual a razão do não cumprimento pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito de pequenos empresários, e outras micro instituições da obrigatoriedade da manutenção de linha de crédito destinada à população de baixa renda e a microempreendedores, conforme determina a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003?

2. Pelas contas do governo, cerca de R\$3,6 bilhões devem ser destinados a este tipo de empréstimo até agosto, quando o programa completa um ano. O último levantamento do governo, conforme matéria veiculada no programa Fantástico da Globo, foi em dezembro do ano passado, quando tinham sido emprestados R\$114 milhões em 253 mil operações. A mesma matéria informa que até agosto, os bancos devem emprestar os outros R\$3,5 bilhões que estão faltando. Se isso não acontecer, serão punidos. É verdadeira essa informação? Em caso afirmativo, por que a maioria dos bancos não conhece as regras da modalidade de empréstimo?

3. A citada matéria jornalística acompanha a peregrinação de um morador do Rio de Janeiro que durante três horas tentou conseguir um empréstimo de R\$ 600: não conseguiu nada. Só queria ver cumprida a lei que assegura o micro-empréstimo. O secretário executivo do Grupo Interministerial de Microcrédito afirma que “no final de 12 meses, o Banco Central faz um cálculo de

qual foi à média mensal. Esta diferença é retida no Banco Central para compensar o período que ele não aplicou. Sem nenhuma remuneração. Esta é a penalidade". A penalidade prevista está sendo aplicada? O Conselho Monetário Nacional – CMN, já regulamentou o disposto na Lei nº 10.735, conforme dispõe o art. 2º? O que está sendo feito para popularizar, efetivamente, e desburocratizar a linha de crédito?

Sala das Sessões, em 22 de abril de 2004. –
Serys Slhessarenko, Senadora da República.

(À Mesa para Decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Sr. Senador Antonio Carlos Valadares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma

do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210, ambos do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, levando em conta a repercussão do artigo publicado pelo jurista Dalmo de Abreu Dallari, e que parte do mesmo foi veiculado pelo jornal **Correio Brasileiro**, sobre a perversa tentativa de cassação dos mandatos efetivos do Senador João Capiberibe e da Deputada Janete, requeiro, nos termos do art. 210 inciso I, do Regimento Interno do Senado, a transcrição, na íntegra, nos Anais do Senado Federal, da referida matéria.

.....
**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Em nome de justiça

Dalmo de Abreu Dallari (uma versão resumida foi publicado hoje no jornal **Correio Brasileiro**)

Uma das formas mais graves de afronta à Justiça, como valor fundamental da humanidade, é a utilização desonesta dos meios institucionais implantados para a promoção da Justiça, utilizando-os para a obtenção de proveitos e a satisfação de interesses essencialmente injustos. Quando isso ocorre e se torna patente, sem uma reação firme e eficaz daqueles que podem impedir essa degradação, a própria idéia de Justiça se corrompe, porque se confunde com simulação, e os órgãos que se pressupõe serem guardiões da Justiça se desmoralizam, porque já ninguém acredita em sua autenticidade.

Um fato muito grave está ocorrendo hoje no Brasil, tornando oportunas essas considerações, já tendo havido alertas pela imprensa, que não podem ser ignorados por quem se preocupa, verdadeiramente, com a preservação das conquistas democráticas e com a observância dos padrões éticos na convivência humana. Trata-se de um processo judicial que, para quem não esteja alerta e não conheça mais do assunto, pode dar a impressão de ter sido proposto com a nobre intenção de resguardar a moralidade pública, cassando direitos obtidos mediante corrupção. Além disso, é possível que alguém pense que se trata de um caso isolado, envolvendo apenas o interesse de duas pessoas e afetando situações de pormenor, num canto isolado do Brasil. Por isso é preciso multiplicar o alerta, pois, na realidade, muitas questões de extrema relevância, de interesse de todos os brasileiros, estão envolvidas nessa disputa judicial. O caso em questão tem como ponto central o Estado do Amapá, mas vai muito além de uma disputa local, envolvendo problemas fundamentais de direito, de democracia e de moralidade pública.

Está tramitando no Tribunal Superior Eleitoral um processo que tem por objetivo a cassação dos mandatos de dois parlamentares eleitos pelo Estado do Amapá, o Senador João Capiberibe e a Deputada federal Janete Capiberibe, sua mulher. Para quem ainda não os conhece ou não ouviu falar deles posso dar o testemunho de que são duas figuras públicas do mais alto nível, por sua integridade, por seu espírito público, por seu respeito pelas instituições, assim como por seu compromisso com os valores fundamentais da pessoa humana. Disso tudo tive comprovação quando, em mais de uma oportunidade, estive no Amapá, atraído especialmente pelas informações sobre o trabalho competente que ambos vinham realizando, ele como Governador do Estado e ela como Deputada, no sentido da implantação de um processo de desenvolvimento sustentável, que incluía, entre outros pontos positivos, a integração social e econômica dos índios.

Tudo isso foi acompanhado de uma ação muito firme do Governador João Capiberibe contra as ações das oligarquias tradicionais que, sem nenhuma consideração pela legalidade e pelo interesse público, usavam dos recursos públicos e do patrimônio natural do Amapá como coisa de sua propriedade. Com grande coragem o Governador Capiberibe denunciou e enfrentou a corrupção, que, como seria inevitável, já havia contaminado alguns setores públicos mais relevantes. Esse trabalho, altamente meritório em termos de valorização da pessoa humana e resguardo dos interesses do Amapá e de todo o povo brasileiro, teve o reconhecimento do povo, do que resultou a reeleição do Governador e, posteriormente, sua eleição para o Senado, assim como a

eleição e reeleição da Deputada Janete Capiberibe.

Derrotada nas urnas, inconformada pela perda dos privilégios e da impunidade para suas práticas ilegais, a oligarquia amapaense vem tentando cassar, com as mãos do Judiciário, os mandatos conferidos pelo povo dentro da mais estrita legalidade e com plena liberdade. Alega-se que a eleição foi viciada por ter havido a compra de votos e, sem nenhuma comprovação do fato em si mesmo e, menos ainda, do envolvimento pessoal dos dois parlamentares em práticas dessa natureza, pretende-se a cassação de seus mandatos. Antes de tudo, existe um pressuposto legal de regularidade das eleições, que só pode ser afastado se houver prova clara e indiscutível da prática de atos que afrontem princípios e normas constitucionais e legais, prejudicando direitos e comprometendo a legitimidade do resultado proclamado.

As eleições constituem um dos pontos fundamentais do sistema democrático representativo e não se pode declarar levemente sua nulidade, sob pena de abalar seriamente a estabilidade institucional. Se os candidatos foram declarados eleitos, pelos órgãos competentes da Justiça Eleitoral, se foram diplomados, tomaram posse e estão no exercício do mandato, a cassação, com base em vício das eleições, irá desencadear uma série de conseqüências jurídicas e políticas extremamente graves, a começar pelo questionamento da validade das votações de que os cassados tiveram participado em suas respectivas Casas legislativas. A par disso, haverá inevitável efeito desmoralizador, lançando descrédito sobre o sistema eleitoral e a Justiça Eleitoral responsável pelo controle permanente de sua regularidade, desde o início do processo eleitoral e em todas as suas fases. Evidentemente, os eleitores que tiveram participado daquelas eleições manifestando regularmente sua vontade, mas todo o corpo eleitoral, em última análise, terão a sensação de que a prática da cidadania por meio do processo eleitoral pode ser apenas uma farsa, de que será melhor não participar.

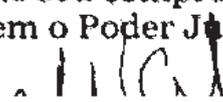
No caso em questão, agora pendente de decisão do Superior Tribunal Eleitoral, já houve rejeição da denúncia, em termos altamente expressivos, pelo Judiciário do Estado do Amapá, valendo a pena conhecer a conclusão do voto do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral daquele Estado, por ser uma demonstração muito eloqüente de que o Judiciário pode ser confiável, apesar de alguns desvios graves, e de que o Brasil tem juizes que são ciosos de sua independência e conscientes de sua responsabilidade, decidindo com imparcialidade mesmo nas circunstâncias mais difíceis. Proferindo o voto que resultou na rejeição da denúncia contra o casal Capiberibe, o Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá assim se expressou:

“Pronuncio-me pela fragilidade da prova produzida nestes autos com muita tranqüilidade, com a consciência de um Juiz. E faço este registro muito à vontade, porque integro o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, o órgão mais perseguido nos últimos quatro anos do governo do Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe. Poderia, neste momento, tirar proveito da minha posição para decidir de forma contrária. Mas se assim o fizesse não seria digno do cargo que exerço, não estaria sendo um autêntico Juiz. Estou votando com minha consciência tranqüila, porque estou demonstrando ao Sr. João Alberto Rodrigues Capiberibe que na Justiça do Amapá há Juízes”.

O reconhecimento da inexistência de provas da prática de ilegalidade pelos denunciados levou o Tribunal Regional Eleitoral a recusar as acusações e confirmar os mandatos de ambos. Entre outros fundamentos foi ressaltado que mesmo a eventual prática de ilegalidades por algum eleitor ou adepto dos acusados não serviria de base para a cassação dos mandatos, desde que tais ilegalidades não tenham tido influência nos resultados e sendo certo que os acusados não participaram das práticas ilegais, não sendo justo nem legal puni-los por atos de terceiros.

Dessa decisão do Tribunal do Amapá houve recurso e o processo está sendo julgado agora pelo Superior Tribunal Eleitoral. Evidentemente, os membros daquele Tribunal são livres na apreciação das provas, mas é absolutamente necessário que sejam alertados, para que não se deixem levar por uma eventual aparência de prova, o que poderá ocorrer pelo excesso de trabalho ou pela manipulação hábil dos fatos por parte dos acusadores. É indispensável que os julgadores da instância superior decidam com a independência e imparcialidade demonstradas pelo Presidente do Tribunal Regional do Amapá.

O Judiciário brasileiro tem sido questionado gravemente nos últimos tempos, fazendo-se acusações com base em desvios muito graves, que devem merecer o mais absoluto repúdio. Mas assim como é injusta a generalização, não se podendo tomar por base pessoas e fatos isolados para estigmatizar toda a instituição, cuja autoridade deve ser preservada em benefício do Direito e da Justiça, seria também profundamente injusto decidir com excessivo rigor, punindo sem prova para demonstrar zelo e independência, num caso concreto, como é o do casal Capiberibe. Esse é um caso exemplar e que deve merecer especial cuidado, pois além do risco de praticar uma grave injustiça “em nome da Justiça”, haverá também o risco do encorajamento dos aventureiros audaciosos, que serão estimulados a usar o Judiciário e a aparência de zelo pela legalidade para punir e afastar os que contrariam seus interesses. Independência, imparcialidade e fidelidade ao seu compromisso inerente com a Justiça: são essas as normas que protegem o Poder Judiciário e lhe dão autoridade.



SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.

PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos.

PSDB – TO) – Está encerrada a sessão.

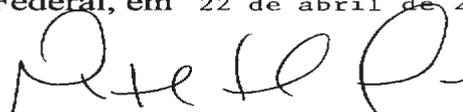
(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos.*)

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 715 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005578/04-3,

R E S O L V E exonerar **NATANAEL ALVES CUNHA**, matrícula n.º 34342, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



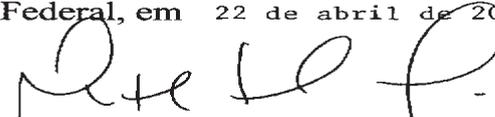
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 716 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005577/04-7,

R E S O L V E exonerar **GILBERTO JESUS NASCIMENTO**, matrícula n.º 34609, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



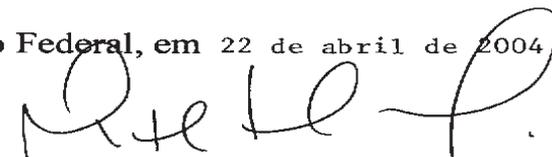
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 717 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005576/04-0,

R E S O L V E exonerar **ELAINE BAÍA**, matrícula n.º 32949, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Duciomar Costa e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



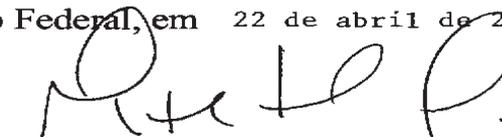
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 718 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 005614/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CARLOS SIEGLE DE SOUZA**, matrícula n.º 34957, do cargo, em comissão, de Motorista do Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



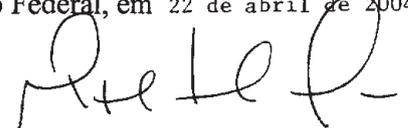
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 719 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005581/04-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCO ANTONIO BENASSULY** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



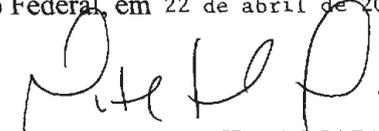
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 720 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005615/04-6**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLÁUDIO GILBERTO OLSSON FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta-Secretaria.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



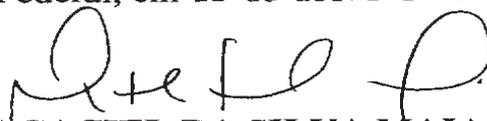
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 721 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005612/04-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO MARIA ALVES DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.

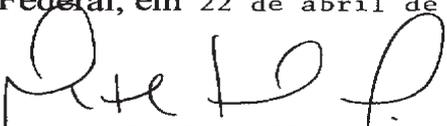

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 722 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005579/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **UDSON JAQUES PERDIGÃO FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.

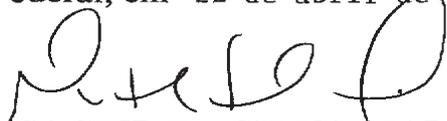

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 723 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005575/04-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DENICE PEREIRA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.

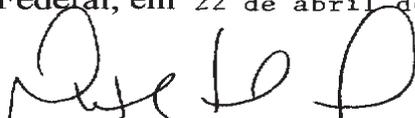

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 724 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005580/04-8**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADRIANO ANDREY CARREIRA NUNES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Duciomar Costa.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.

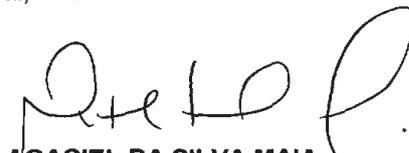

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 725 , DE 2004**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 35, de 2002,

RESOLVE nomear **CRISTIANE VASCONCELOS BACELAR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, do Gabinete da Presidência, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 22 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 726 , DE 2004**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-001187/04-0, resolve aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor **ANTONIO VIEIRA**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 28, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - Prodasen, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea “a”, na sua redação original, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea “a” da Lei nº 8.112/90, na forma assegurada pelo artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003 e com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 22 de abril de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 19.04.2004

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO)	(VAGO)
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 19.01.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL -PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 19.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Atendimento Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 84 PÁGINAS